

AGENDA INTERNACIONAL DA



ACENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

Paulo Afonso Ferreira
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Carlos Eduardo Abijaodi DIRETOR

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti DIRETOR

DIRETORIA DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIA

José Augusto Coelho Fernandes DIRETOR

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Mônica Messenberg Guimarães DIRETORA

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS

Fernando Augusto Trivellato DIRETOR

DIRETORIA JURÍDICA

Hélio José Ferreira Rocha DIRETOR

DIRETORIA CNI/SP

Carlos Alberto Pires

DIRETOR



AGENDA

INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

@ 2019. CNI – Confederação Nacional da Indústria. É autorizada a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI GERÊNCIA EXECUTIVA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS – AI

FICHA CATALOGRÁFICA

C748a

Confederação Nacional da Indústria.

Agenda Internacional da Indústria / Confederação Nacional da Indústria.

- Brasília : CNI, 2019.

88 p.: il.

1.Política Comercial. 2. Internacionalização de Empresas. 3. Serviços. 4. Mercados Externos. I. Título.

CDU: 338.45

CNI

Confederação Nacional da Indústria Setor Bancário Norte Quadra 1 – Bloco C Edifício Roberto Simonsen 70040-903 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3317- 9000 Fax: (61) 3317- 9994

http://www.portaldaindustria.com.br/cni/

Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992 sac@cni.org.br

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	CRESCIMENTO DA ECONOMIA E DO COMÉRCIO MUNDIAL – 2019	3
	PREVISÃO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NAS ECONOMIAS EMERGENTES E EM DESENVOLVIMENTO – 2019	
GRÁFICO 3 –	BALANÇA COMERCIAL 2000-2018	5
GRÁFICO 4 -	ÍNDICE DE PREÇO E QUANTUM DAS EXPORTAÇÕES DE BENS MANUFATURADOS	7
GRÁFICO 5 -	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA 2018: TOTAL DE AÇÕES	5
GRÁFICO 6 -	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA 2018: AÇÕES DE INFLUÊNCIA SOBRE POLÍTICA COMERCIAL E SERVIÇOS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS	5

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	MECANISMOS DE CONSULTA SECRETARIADOS PELA	
	ÁREA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS DA CNI	16
QUADRO 2 -	TENDÊNCIAS E IMPACTOS DO CENÁRIO INTERNACIONAL	
	PARA 2019 SOBRE A AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA	30
QUADRO 3 -	TENDÊNCIAS E IMPACTOS DO CENÁRIO DOMÉSTICO	
	PARA 2019 SOBRE A AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA	32
QUADRO 4 -	AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA – TEMAS PRIORITÁRIOS PARA 2019	36
QUADRO 5 -	PRESTAÇÃO DE CONTAS DETALHADA: AÇÕES DE	
	PRESTAÇÃO DE CONTAS DETALHADA: AÇÕES DE INFLUÊNCIA SOBRE POLÍTICA COMERCIAL	
QUADRO 6 -	PRESTAÇÃO DE CONTAS DETALHADA: SERVIÇOS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS	
	À INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS	B1

SUMÁRIO

CARTA DE APRESENTAÇÃO	10
APRESENTAÇÃO	12
CONSTRUÇÃO DA AGENDA E MECANISMOS DE CONSULTA	14
CONTEXTO	18
O contexto internacional	18
O contexto doméstico	25
Impactos para a Agenda Internacional da Indústria 2019	30
AÇÕES PRIORITÁRIAS DA AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA	34
INFLUÊNCIA SOBRE POLÍTICA COMERCIAL	38
SERVIÇOS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO	60
PRESTAÇÃO DE CONTAS DA AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA 2018	74
PRIORIDADES DA AGENDA INTERNACIONAL COM DESDOBRAMENTOS NOS ESTADOS	86

CARTA DE APRESENTAÇÃO 10

A retomada sustentada do crescimento econômico e o aumento da produtividade e da competitividade da indústria requerem maior e melhor inserção do Brasil no mercado internacional. Um país mais integrado ao mundo produz, inova e gera mais empregos.

Para inserir o Brasil na economia mundial, é necessário identificar, com precisão, tanto as mudanças na política comercial brasileira que melhorem o ambiente de negócios, quanto os serviços demandados pela indústria para impulsionar sua internacionalização.

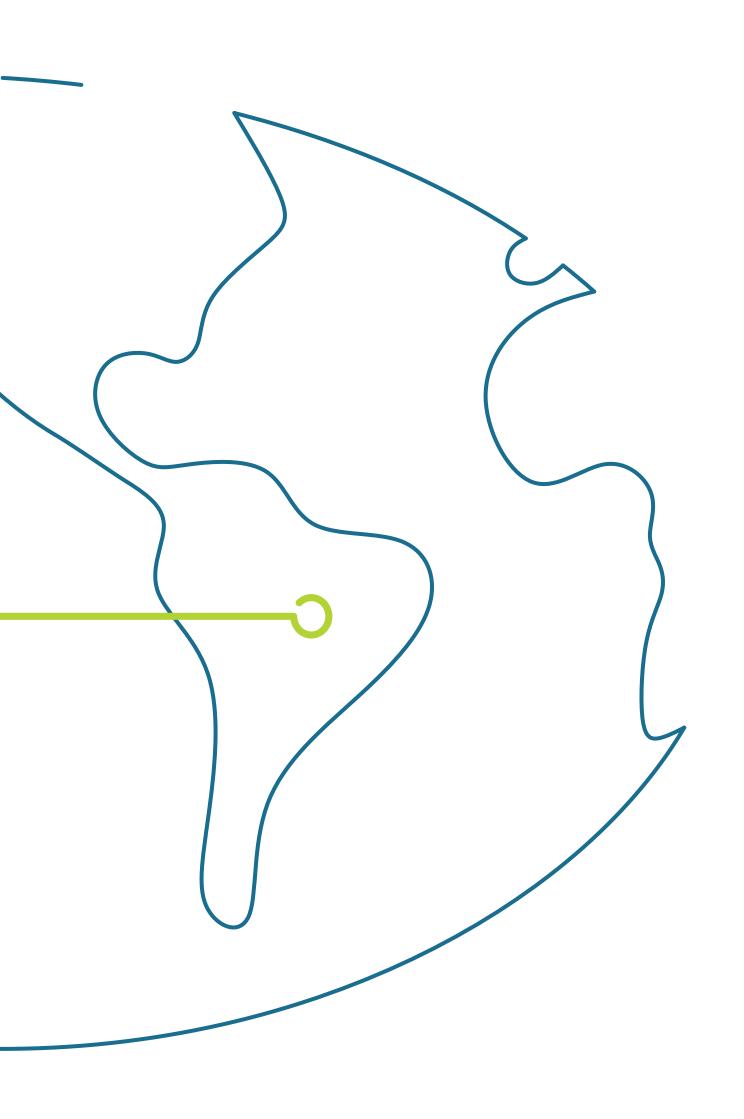
Como parte do esforço para apoiar o governo federal e as empresas nesse processo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) publica a 4ª edição da **Agenda Internacional da Indústria**. O documento foi elaborado com base em consulta a toda a base empresarial, incluindo Federações das Indústrias, associações setoriais, sindicatos patronais, e empresas exportadoras e investidoras no exterior.

A **Agenda Internacional da Indústria** de 2019 identifica 110 ações distribuídas em 18 temas: nove relacionados à influência sobre política comercial, e outros nove referentes aos serviços de apoio à internacionalização. Além disso, uma novidade desta edição são as propostas de governança que visam contribuir para a eficácia da gestão do comércio exterior brasileiro.

A CNI espera que este documento estimule o diálogo entre o setor privado e o governo, bem como o trabalho conjunto para promover a retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento do país.

Boa leitura.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA



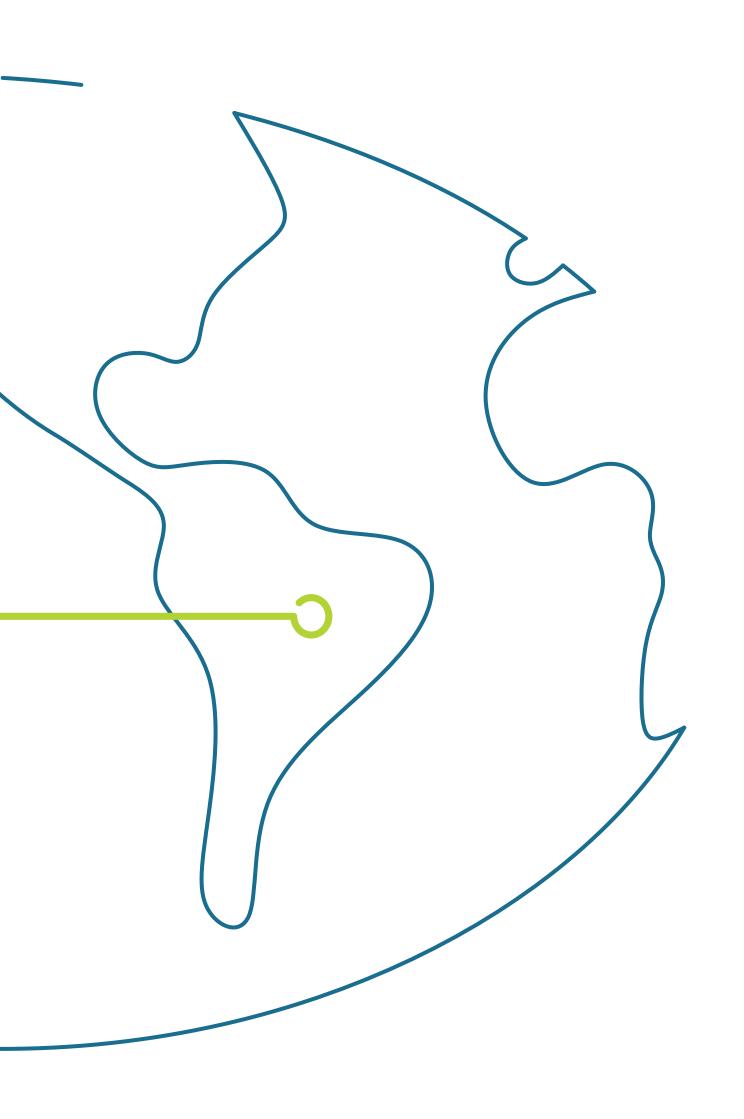
APRESENTAÇÃO 12

A **Agenda Internacional da Indústria** apresenta as prioridades da atuação da CNI para a promoção da inserção internacional das empresas brasileiras. O documento de 2019, sua quarta edição, reúne as visões de entidades empresariais e empresas, sendo composto por atividades em duas grandes linhas de atuação:

- 1. Ações de influência sobre política comercial.
- 2. Serviços de apoio à internacionalização de empresas.

As atividades desenvolvidas no âmbito dessas duas linhas de atuação não são estanques, tendo importante grau de complementaridade. A divisão adotada tem por objetivo facilitar a compreensão dos *stakeholders* quanto à natureza das iniciativas desenvolvidas em cada uma delas: formulação e defesa de políticas públicas, no primeiro caso, e prestação de serviços, no segundo caso.

A Agenda está organizada em oito seções. A segunda seção apresenta o processo de construção do documento e os mecanismos de consulta utilizados para a identificação das ações prioritárias. A terceira seção traz uma análise sucinta dos contextos internacional e doméstico, nos quais as ações previstas serão desenvolvidas. A quarta seção identifica, de forma resumida, as prioridades da **Agenda Internacional da Indústria**. A quinta seção apresenta as prioridades selecionadas para as atividades relacionadas à influência sobre política comercial. A sexta seção reúne as prioridades no campo da prestação de serviços de apoio à internacionalização. A sétima seção apresenta uma prestação de contas sobre a Agenda de 2018. Por fim, a oitava seção lista as ações da **Agenda Internacional da Indústria** que têm desdobramentos nos estados.



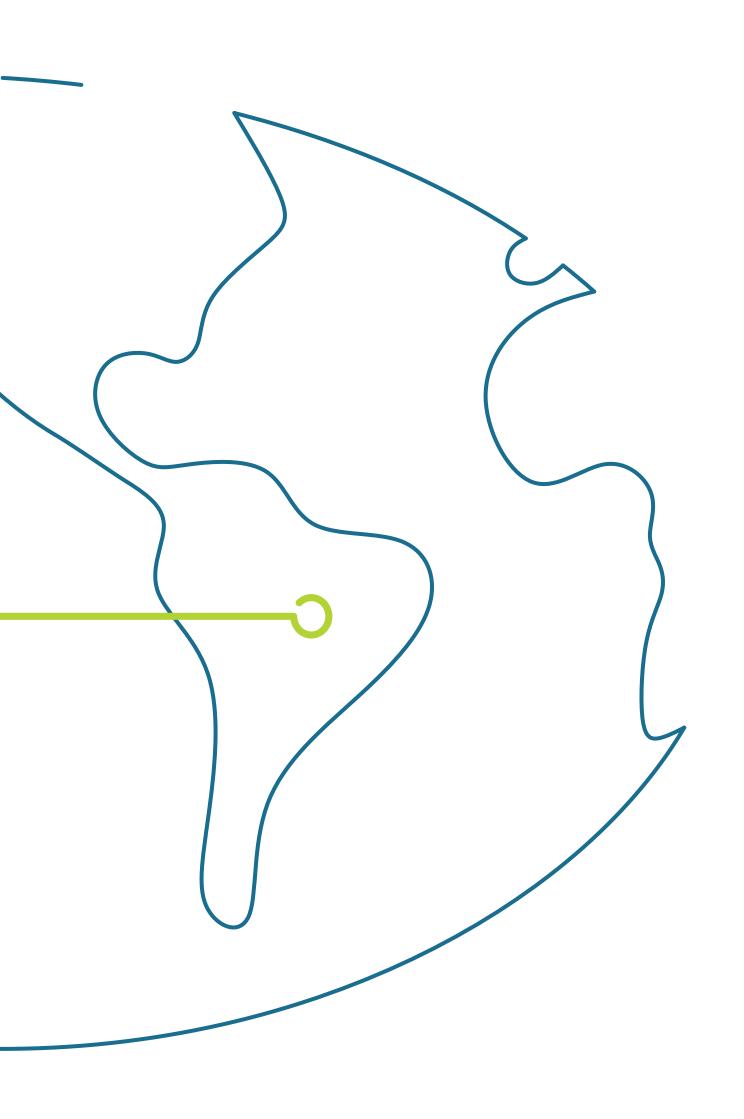
CONSTRUÇÃO DA AGENDA E MECANISMOS DE CONSULTA 14

As prioridades selecionadas neste documento são o resultado de um processo de construção em três etapas e cumprem uma das diretrizes centrais do Planejamento Estratégico da área de Assuntos Internacionais da CNI.

Primeiro, foram reunidos os pleitos levantados em mecanismos de consulta secretariados pela Confederação: a Coalizão Empresarial Brasileira (CEB); a Coalizão Empresarial para Facilitação de Comércio e Barreiras (CFB); o Fórum de Competitividade das Exportações (FCE); o Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras (FET); os conselhos empresariais com Argentina, países do BRICS, Estados Unidos e Japão; e a Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN). Além disso, foram incluídos pleitos do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GT Defesa). O quadro 1, a seguir, sintetiza a composição e os objetivos dos mecanismos de consulta.

O segundo passo foi a análise dos resultados da pesquisa da CNI intitulada Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras, publicada em 2018, que contou com a resposta de 589 empresas, em sua maioria pequenos negócios.

Por fim, as prioridades passaram por um processo de crítica e validação que envolveu reuniões presenciais com diferentes grupos de *stakeholders*: Federações das Indústrias, associações setoriais, sindicatos patronais, e empresas exportadoras e investidoras.



OUADRO 1

MECANISMOS DE CONSULTA SECRETARIADOS PELA ÁREA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS DA CNI

MECANISMOS COM FOCO EM TEMAS



Coalizão Empresarial Brasileira (CEB): reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de acompanhar e influenciar as negociações de acordos comerciais.



Coalizão Empresarial para Facilitação de Comércio e Barreiras (CFB): reúne entidades empresariais para promover a facilitação de comércio no Brasil e para eliminar barreiras às exportações brasileiras em terceiros mercados.



Fórum de Competitividade das Exportações (FCE): reúne grandes empresas exportadoras brasileiras – sem restrição de origem do capital – para promover o aumento da competitividade exportadora.



Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras (FET): reúne empresas brasileiras com investimentos no exterior para promover políticas de apoio e facilitação de suas operações no exterior.

MECANISMOS COM FOCO NA BASE GEOGRÁFICA



Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN): reúne 27 Federações das Indústrias dos estados e do Distrito Federal com o objetivo de promover a internacionalização das empresas brasileiras.

MECANISMOS COM FOCO EM MERCADOS PRIORITÁRIOS



Conselho Empresarial Brasil-Argentina (Cembrar): reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil e a Argentina.



Conselho Empresarial do BRICS (Cebrics): reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul.



Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (Cebeu): reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos.



Conselho Empresarial Brasil-Japão (CEBRAJ): reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de aprimorar o ambiente de negócios e promover o comércio e os investimentos entre o Brasil e o Japão.



CONTEXTO 18

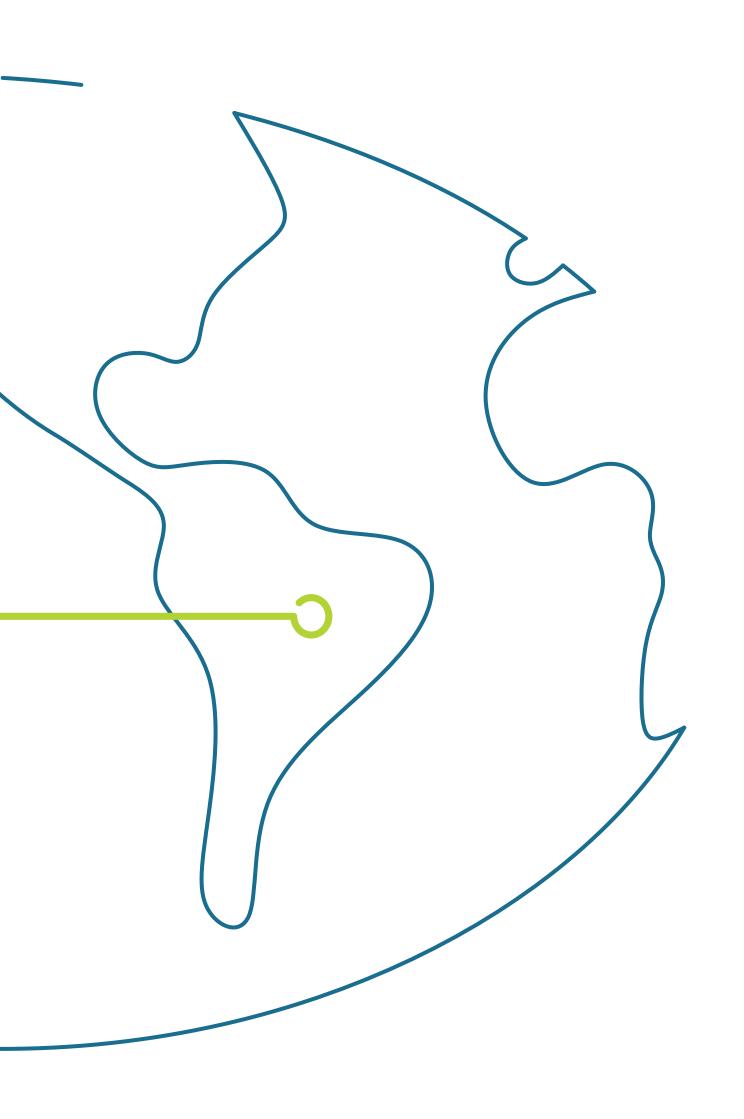
Riscos crescentes na esfera internacional e incertezas no ambiente doméstico definem o contexto em que se formula a **Agenda Internacional da Indústria 2019.** Em 2018, materializou-se a guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo e cresceram os riscos econômicos e financeiros relacionados às políticas monetárias nos países desenvolvidos. No Brasil, frustrou-se, em boa medida, a expectativa de recuperação da economia e de adoção de uma agenda de reformas.

O CONTEXTO INTERNACIONAL

>> A HERANÇA DE 2018

No âmbito do comércio mundial, o principal legado de 2018 foi a consolidação de uma nova orientação da política comercial dos Estados Unidos, que se manifestou principalmente por iniciativas unilaterais que resultaram no início de uma "guerra comercial", cujo principal alvo é a China, mas que atingiu um número significativo de países.

Essa evolução concretizou-se pela imposição de tarifas adicionais sobre importações de aço e alumínio originárias de todos os países e, na sequência, pela adoção de tarifas adicionais contra importações chinesas de um grande número de produtos. No final de outubro de 2018, as tarifas adotadas contra a China aplicavam-se a 50% das importações dos Estados Unidos originárias desse país. Tais medidas geraram retaliações proporcionais pela China e por outros países afetados.





Outra dimensão da nova orientação da política comercial dos Estados Unidos refere-se à renegociação de acordos preferenciais, caso do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta, em inglês) e do acordo com a Coreia do Sul. Após mais de um ano de negociações, o Nafta foi "reconfigurado" sob o nome de USMCA (US-México-Canadá) e muitos dos objetivos dos Estados Unidos foram atendidos, como, por exemplo, as regras de origem mais restritivas no setor automotivo.

Esses movimentos distanciam os Estados Unidos das normas multilaterais, frequentemente criticadas pelas autoridades do país, sobretudo do Órgão de Apelação (OA) da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os Estados Unidos vêm bloqueando a nomeação de novos membros do OA, o que poderia levar à paralisia do mecanismo em um momento de guerra comercial, em que se observa grande aumento das disputas levadas à OMC.

O sistema multilateral de comércio encontra-se no momento mais crítico, sob risco de perder sua legitimidade e relevância se não se modernizar. Diante desse cenário, destaca-se a iniciativa de um grupo de 13 países com objetivo de apresentar um projeto de reforma da OMC.

Em sentido contrário, outras economias continuaram apostando na agenda de integração internacional, a exemplo da assinatura da Parceria Transpacífico 11 (TPP-11), após a retirada dos Estados Unidos do acordo, em 2017.

Na área de investimentos, as preocupações motivadas por riscos à segurança nacional traduziram-se em medidas protecionistas. O fenômeno ganhou novo ímpeto em 2018, quando os Estados Unidos vetaram operações específicas de aquisição no país e quando o Congresso americano aprovou legislação que reforma o processo do Comitê de Investimentos Estrangeiros (CFIUS, em inglês) para avaliar os investimentos externos.

De maneira geral, as manifestações recentes e crescentes de protecionismo nos investimentos — que não são exclusivas dos Estados Unidos, já que também se manifestam na Europa — refletem as preocupações dos países desenvolvidos com a China e com suas políticas industriais e subsídios.

A eleição de um governo populista e antieuropeu na Itália – um dos países fundadores da União Europeia – revela que a "onda populista" se mantém e tem potencial para, junto com outros fatores, contribuir para desestabilizar a economia regional, com impactos sobre todo o mundo. Um dos efeitos mais negativos desta onda foi o Brexit, que produziu impasses em 2018.

Aos riscos associados ao início de uma guerra comercial e à "onda populista" em 2018, somam-se os riscos econômicos e financeiros relacionados ao aumento das taxas de juros nos países desenvolvidos e ao endividamento elevado na China.

O aumento das taxas de juros em países desenvolvidos fez crescer a aversão ao risco de investidores internacionais e produziu saídas significativas de capital de economias emergentes. As mais vulneráveis financeiramente, como Argentina e Turquia, sentiram fortemente seus impactos e sofreram significativas desvalorizações cambiais. Para o Brasil, a crise argentina

tem impactos econômicos negativos, por seus efeitos sobre o comércio bilateral e na agenda do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Na China, o endividamento crescente e o aumento do risco de crédito geram dúvidas sobre a capacidade de Pequim para reduzir a alavancagem, tanto dos governos locais quanto do setor empresarial. Segundo a agência S&P Global, o endividamento dos entes financeiros locais corresponderia a 60% do produto interno bruto (PIB) chinês e grande parte das dívidas venceu em 2018.

Durante o ano, essas evoluções não chegaram a afetar, de forma significativa, as taxas de crescimento do PIB mundial e do comércio global. Ainda assim, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial deverá crescer 3,7% ao ano – 0,2 pontos abaixo da estimativa de abril, enquanto o volume do comércio de mercadorias registrará um crescimento de 4,4%. Já a OMC reduziu de 4,4% para 3,9% a expansão do comércio para o ano.

No entanto, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), no primeiro semestre do ano, os fluxos de investimentos externos diretos registraram forte redução, de 41%, em relação ao mesmo período de 2017, em função principalmente da repatriação de receitas geradas no exterior por multinacionais dos Estados Unidos.

>> OS CENÁRIOS PARA 2019

São muito baixas as probabilidades de que os riscos herdados de 2018 se atenuem em 2019. Ao contrário, parece haver razões para pensar que se tornarão mais intensos e que sua presença definirá as características do cenário mais plausível para a economia internacional em 2019. Além disso, alguns fatores de risco – que se mantiveram relativamente inativos em 2018 – tenderão a ganhar relevância nos próximos anos, como o desfecho do Brexit.

Em relação às tensões comerciais, há grande chance de que a guerra comercial entre Estados Unidos e China perdure ou ganhe intensidade em 2019. Isso porque as motivações dos Estados Unidos vão além dos déficits comerciais e têm como alvo as políticas industriais e de inovação chinesas.

Ademais, o desequilíbrio externo da economia americana tende a crescer, empurrado inclusive pela expansão fiscal associada à reforma tributária. Como o déficit comercial dos Estados Unidos com a China continua crescendo, pode-se esperar que essas tendências alimentem o protecionismo americano.

A continuidade da escalada na guerra comercial entre Estados Unidos e China poderia ter consequências relevantes para o crescimento dos dois países em 2019 e para o crescimento mundial em 2020. Simulações do FMI indicam que nova escalada na guerra comercial geraria perda de PIB da ordem de 0,9% nos Estados Unidos e 1,6% na China, já em 2019.

Uma evolução possível da política comercial americana em 2019 é a diversificação dos alvos das medidas do governo, tendência demonstrada pela ameaça de impor tarifas a automóveis

europeus e japoneses e em críticas públicas de Trump ao Brasil e à Índia. Portanto, há um viés de aumento das políticas protecionistas dos Estados Unidos em 2019.

Já o aperto monetário nos países desenvolvidos apenas se iniciou e pode ser acentuado pelas preocupações com a inflação nos Estados Unidos. A interação entre esse processo e a escalada das tensões comerciais tende a maximizar comportamentos de aversão ao risco, com potenciais impactos sobre os fluxos de capitais e as taxas de câmbio de outros países emergentes além da Argentina e da Turquia.

Em qualquer caso, são certos os impactos da crise argentina sobre o Brasil em 2019 – ano em que o país vizinho também terá eleições presidenciais. Assim, além dos efeitos da contração da atividade no país, há que se considerar o aumento da incerteza política.

No caso do endividamento chinês, embora o governo central tente reduzir a tomada de empréstimos, antagonicamente transmite aos governos locais o objetivo de manter taxas elevadas de crescimento econômico. O conflito de objetivos não deve desaparecer, especialmente em uma fase de guerra comercial com os Estados Unidos.

A este cenário de tensões somam-se as negociações para um acordo em torno do Brexit, que, segundo o cronograma original, deve ser ratificado até 29 de março de 2019. As dificuldades nas negociações permitem antever, para os primeiros meses de 2019, um quadro de incertezas crescentes, que poderia levar a uma extensão do prazo de transição para 2020 ou a uma saída não negociada do Reino Unido.

Esse cenário de riscos consolida-se tendo por pano de fundo um ambiente político cuja principal característica parece ser o baixo grau de cooperação entre os principais atores do comércio e da economia mundial. Um agravamento das tensões comerciais e/ou financeiras em um ambiente de baixa cooperação internacional pode ter efeitos nefastos e duradouros para o mundo todo.

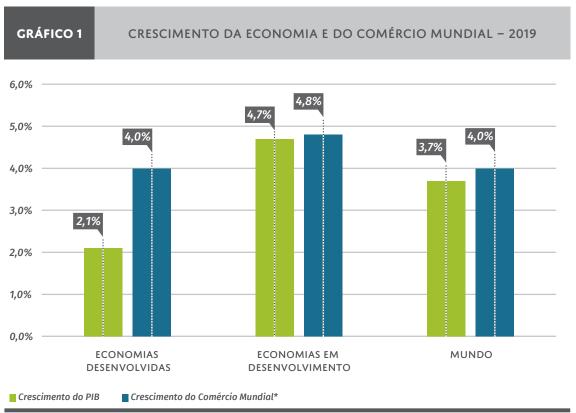
Diante desse cenário, adquirem relevância os esforços para revitalizar a agenda da OMC e dar novo ímpeto à instituição. Recentemente, a União Europeia e o Canadá apresentaram documentos com propostas para a modernização da agenda e atualização do funcionamento da OMC. Independente do conteúdo da proposta, é positivo que alguns dos principais atores do multilateralismo reafirmem seu compromisso com o sistema.

Não resta dúvida que essas propostas enfrentarão resistências para avançar, até porque seu conteúdo é direcionado, em boa medida, às políticas chinesas na área industrial e tecnológica. Contudo, o tema deve ser mantido em 2019.

>> AS PREVISÕES PARA 2019

Apesar do aumento das incertezas, o *World Economic Outlook* (WEO), de outubro de 2018, do FMI, prevê, para 2019, crescimento da economia mundial de 3,7%, inferior em 0,2 pontos percentuais (p.p.) ao crescimento previsto em abril de 2018 (gráfico 1). No cenário básico do

FMI – que leva em conta as medidas protecionistas adotadas pelos Estados Unidos e por outros países, em retaliação, até setembro de 2018 –, as economias desenvolvidas crescerão 2,1% e aquelas em desenvolvimento 4,7%.

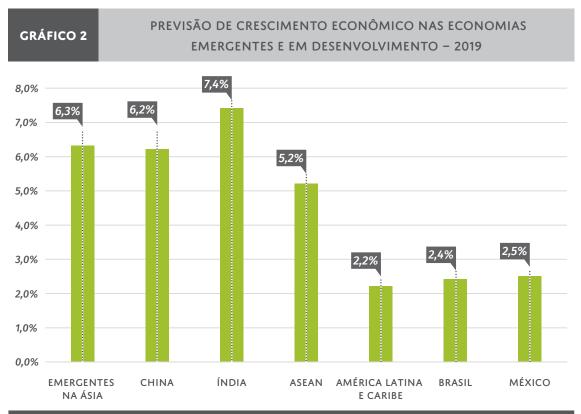


Fonte: FMI, World Economic Outlook, out. 2018.

Entre as economias desenvolvidas, a tendência à convergência das taxas de crescimento detectada em 2017 parece começar a se desfazer: os Estados Unidos crescerão 2,5%, a zona do Euro 1,9% e o Japão 0,9%. Entre as economias em desenvolvimento, a Ásia continua sendo a região mais dinâmica (gráfico 2). As economias emergentes e em desenvolvimento da Ásia crescerão 6,3%, lideradas pela Índia, com 7,4%. A China deverá registrar crescimento de 6,2%.

O crescimento esperado para a América Latina e Caribe é da ordem de 2,2%, com o Brasil crescendo 2,4% e o México 2,5%. A Argentina registrará queda (-1,6%, contra -2,6%, em 2018), enquanto Chile, Peru e Colômbia deverão crescer a taxas entre 3,5% e 4%.

^{*} Dados para economias desenvolvidas e em desenvolvimento de importação.



Fonte: FMI, World Economic Outlook, out. 2018.

A África Subsaariana mantém trajetória de recuperação econômica devendo crescer 3,8% em 2019. As grandes economias exportadoras de petróleo (Angola e Nigéria) voltam a crescer, depois de um período de recessão e/ou estagnação. A África do Sul continua apresentando baixas taxas de crescimento, em torno de 1%. As economias que apresentam maior dinamismo na região são as que compõem a África Oriental – Quênia, Uganda, Ruanda, Tanzânia, entre outras – e algumas economias da África Ocidental – Costa do Marfim, Togo, Guiné e Senegal.

O crescimento do comércio de bens e serviços superará o da economia mundial em 2019, segundo o FMI. No caso das economias desenvolvidas, a taxa de expansão do comércio é praticamente o dobro da taxa de crescimento econômico – 4,0% contra 2,1%, mas entre as economias em desenvolvimento, as duas taxas pouco diferem: 4,8% para o comércio, 4,7% para o crescimento.

O CONTEXTO DOMÉSTICO

>> A HERANÇA DE 2018

O ano de 2018 começou com uma dupla expectativa: a economia brasileira consolidaria a recuperação de crescimento, com o PIB crescendo a uma taxa anual de 2,5%; e as reformas, para atacar o grave problema fiscal herdado, receberiam tratamento prioritário.

A frustração das expectativas de aceleração do crescimento econômico, da geração de empregos e a perda de força política do governo marcaram o ano de 2018 no âmbito doméstico. Na segunda metade do ano, a perspectiva das eleições presidenciais e a polarização política da campanha agregaram incertezas e deterioraram ainda mais o ambiente de negócios. Os resultados das eleições reduzem algumas incertezas, mas trazem dúvidas quanto ao rumo da política econômica.

Com isso, o crescimento da economia em 2018 deverá ser de 1,3% – a metade do esperado no final do ano passado – e a reforma da Previdência, mais importante para o desafio fiscal, não conseguiu mobilizar uma coalizão de forças para garantir sua aprovação. Por trás disso está a perda de tração política do governo Temer – fragilizado por baixa popularidade – e a incerteza das eleições e do cenário pós-eleitoral.

Para o setor industrial, as incertezas políticas do governo federal tiveram um custo imediato: a fim de compensar o subsídio concedido ao preço do diesel utilizado pelos caminhoneiros em greve, o governo reduziu a alíquota do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) de 2% para 0,1% da receita de exportação e reintroduziu, para 37 setores produtivos, a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento.

Uma evolução positiva em 2018, para a economia e para o setor industrial, foi a continuidade do processo de redução da taxa básica de juros da economia – atualmente em 6,5% – e a manutenção da inflação em patamar baixo – de 4,5% para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) –, o que significa uma taxa real de juros de 2%.

Ao longo do ano, mas principalmente a partir de meados de 2018, o Real depreciou-se fortemente, em termos nominais e reais, como reflexo das tendências internacionais já apontadas, mas também, a partir de setembro, traduzindo a incerteza quanto aos resultados eleitorais. A evolução do quadro eleitoral atenuou e parcialmente reverteu a tendência de desvalorização, encerrando o ano em R\$ 3,87.

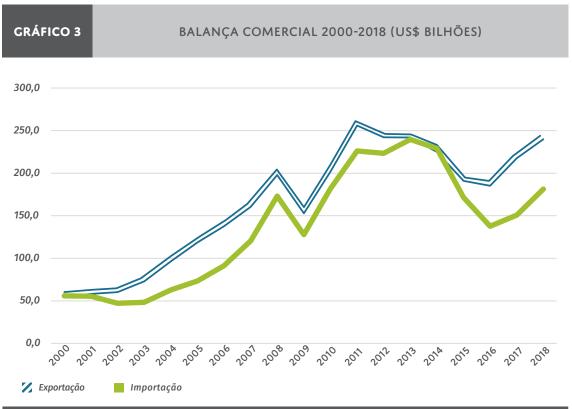
A política comercial em 2018 também foi marcada pelo fracasso dos esforços para chegar a um acordo político nas negociações entre o Mercosul e a União Europeia. A nova crise argentina e a fragilidade política da União Europeia não facilitam a conclusão do acordo a curto prazo.

Além disso, o acordo entre o Brasil e o México tampouco avançou em 2018, deixando dúvidas sobre a viabilidade de conclusão das negociações iniciadas em 2015. Ainda na esfera das negociações comerciais, o Mercosul iniciou uma nova frente de negociação de acordos de livre comércio com Canadá e Cingapura, e de um acordo comercial com a Coreia do Sul.

A perspectiva de início das negociações para o ingresso do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2018 também se frustrou. Essa iniciativa mobiliza a atenção do governo e da indústria brasileira, dado o potencial de impacto que o acesso brasileiro à organização teria sobre as políticas públicas nacionais. Parece haver pouca convergência, entre os membros da OCDE, em relação às prioridades para a expansão da organização, que tem países da Europa Oriental e da América do Sul em espera.

Nesse contexto, o desempenho agregado do comércio exterior pode ser considerado satisfatório: as exportações cresceram 9% em relação a igual período de 2017, enquanto as importações registraram expansão de 22%.

Entretanto, esses números devem ser analisados com cautela, pois mudanças nas regras do Regime Especial de Importações do Setor de Petróleo (Repetro) resultarão em um aumento contábil das importações até o final de 2019. Dessa forma, o crescimento das importações em 2018 foi menor do que os números agregados sugerem.



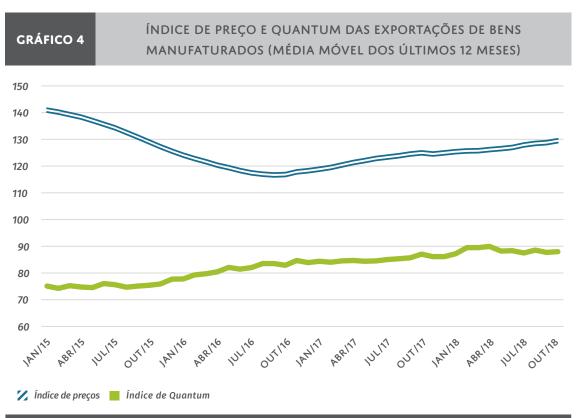
Fonte: SECEX-MDIC.

A balança comercial registrou superávit de US\$ 58,7 bilhões em 2018, menor que os US\$ 67 bilhões acumulados em 2017, mas ainda assim um resultado bastante expressivo.

Embora tenham crescido 7,8% em 2018, as exportações de bens manufaturados perderam participação, atingindo o menor percentual (35%) histórico desde 1980.

O crescimento do valor exportado de produtos manufaturados tem se dado mais em função do aumento dos preços do que do crescimento das quantidades exportadas. Como se observa no gráfico 4, o índice de preços dos manufaturados tem apresentado suave crescimento desde meados de 2016, quando medido pela média móvel dos últimos 12 meses, enquanto as quantidades têm se mantido praticamente estáveis.

A grave crise por que passa a economia argentina certamente não contribui para perspectivas mais otimistas para o crescimento das exportações de manufaturados no curto prazo, dado que o país, junto com os Estados Unidos, é o principal destino dos produtos da indústria de transformação do Brasil.



Fonte: Funcexdata.

O Brasil encerra o ano de 2018 com uma posição confortável em suas contas externas. O superávit elevado na balança comercial contribui para um reduzido déficit na conta corrente, de apenas US\$ 15 bilhões. O influxo de investimentos estrangeiros diretos também segue elevado, US\$ 75 bilhões, contra US\$ 62,7 bilhões em 2017.

No ano também foram registrados avanços na área de facilitação de comércio, com a implantação de novo fluxo de exportações no âmbito do Portal Único de Comércio Exterior. Os avanços nesse programa como um todo impactaram o desempenho do Brasil no relatório *Doing Business 2019*, do Banco Mundial, que mensura a facilidade de fazer negócios em diversas economias. No quesito de comércio internacional, que avalia o tempo, o custo e as dificuldades burocráticas para realização de operações de comércio exterior, o Brasil saltou da 139ª posição (edição anterior) para a 106ª (atual) no *ranking* internacional.

>> AS PREVISÕES PARA 2019

Passadas as eleições, as principais incertezas em relação ao desempenho da economia brasileira em 2019 relacionam-se aos rumos da política econômica do governo eleito e da sua capacidade política para enfrentar a agenda de reformas necessária para a superação da situação fiscal do país.

O Brasil entra em 2019 em posição externa favorável, com déficit em conta corrente de apenas 0,9% do PIB – situação muito mais favorável do que a dos países atingidos em 2018 por crises cambiais (Argentina e Turquia, com 5,6% e 6,5%, respectivamente) – e dívida pública externa líquida negativa. O saldo de conta corrente e a dívida pública externa líquida são ativos importantes em um contexto internacional de riscos para os países emergentes.

Tal situação não deve se alterar significativamente em 2019. O boletim Focus do Banco Central do Brasil (BCB) prevê um saldo na balança comercial de cerca de US\$ 52 bilhões – ligeiramente menor do que em 2018 – e entrada de investimentos diretos no país equivalente a US\$ 79 bilhões – acima do resultado de 2018 e suficiente para financiar o déficit corrente esperado para o ano.

Além disso, na frente interna, a inflação sob controle e a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) em níveis baixos configuram um ambiente macroeconômico favorável, a curto prazo, para alguma aceleração do crescimento, facilitada ainda pelo alto grau de ociosidade da capacidade instalada industrial. As previsões do boletim Focus apontam para um crescimento do PIB de 2,5% e da produção industrial de 3,0%, em 2019. Pode-se esperar que o quadro macroeconômico e do setor externo herdado pelo novo governo seja mantido por políticas econômicas pouco diversas das adotadas nos últimos dois anos.

>> O CENÁRIO PARA 2019

No âmbito da evolução das políticas econômicas em 2019, há temas que constam da agenda do presidente eleito e que podem afetar mais de perto a **Agenda Internacional da Indústria**.

- 1. Redução unilateral de tarifas de importação: o primeiro tema é a possível adoção de medidas do plano de governo que prevê "a redução de muitas alíquotas de importação e das barreiras não tarifárias, em paralelo à constituição de novos acordos bilaterais". A proposta define uma liberalização unilateral nas importações e abriria uma frente de negociação no Mercosul, já que o bloco aplica tarifa comum.
- 2. <u>Nova política externa</u>: o programa de governo do presidente eleito sinaliza tendência de evitar "politização" da política externa, segundo afinidade de valores. As manifestações do presidente a esse respeito, ainda na campanha eleitoral, geram otimismo quanto à agenda com os Estados Unidos, mas preocupações quanto aos impactos comerciais e econômicos negativos, principalmente nas relações com a China e com os países árabes.
- 3. <u>Prioridade às relações bilaterais</u>: ganham destaque as relações com os Estados Unidos. Em linha com as estratégias do governo Trump, a agenda do novo governo brasileiro dá pouca ênfase ao multilateralismo, aventa a possiblidade de retirar o Brasil do Acordo de Paris e de revisar o Mercosul.
- 4. Governança do comércio exterior: a proposta de concentração das decisões de política econômica e comercial do governo em um único ministério, o Ministério da Economia, que absorverá, em sua nova estrutura, as funções até então desempenhadas pelos Ministérios da Fazenda, Planejamento e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), poderá ter impactos sobre o diálogo entre o setor industrial e o governo federal.
- 5. Ajuste fiscal: a forte restrição fiscal a que está submetido o governo federal reduz drasticamente a expectativa de que medidas de apoio à exportação venham a ser adotadas, como em tributação e financiamento, repercutindo em um cenário doméstico desafiador para o setor industrial.
- 6. Reforma tributária: a depender da ambição da reforma, ela tem grande potencial de trazer competitividade aos exportadores e multinacionais brasileiras na medida em que contribua para resolver o problema de acúmulo de créditos tributários e da alta tributação dos lucros de empresas brasileiras no exterior.



IMPACTOS PARA A AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA 2019

A **Agenda Internacional da Indústria** incorpora objetivos permanentes voltados para a maior e melhor inserção internacional do setor industrial brasileiro. Esses objetivos estão relacionados, de um lado, ao aprimoramento da política comercial e, de outro lado, à provisão de serviços que permitam às empresas brasileiras capturar as melhores oportunidades no mercado internacional.

As estratégias para alcançar esses objetivos não estão imunes às mudanças de conjuntura doméstica e internacional, sobretudo em um novo governo com propostas de reformas estruturais na governança e na política comercial. A análise dos contextos internacional e doméstico indica que as seguintes tendências devem ser levadas em consideração na eleição das prioridades para a **Agenda Internacional da Indústria 2019**.

>> DO CONTEXTO INTERNACIONAL

QUADRO 2

TENDÊNCIAS E IMPACTOS DO CENÁRIO INTERNACIONAL PARA 2019
SOBRE A AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA

SOBRE A AGENDA INTERNACIONAL DA INDUSTRIA			
TENDÊNCIAS	IMPACTOS SOBRE A AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA		
 Países desenvolvidos Aumento das incertezas na economia mundial. Fim da convergência no crescimento econômico dos países desenvolvidos: Estados Unidos crescem mais que União Europeia e Japão. 	 Inteligência comercial para identificação de oportunidades de negócios nos Estados Unidos. Promoção de negócios para prospecção e consolidação da atuação comercial de maneira competitiva. Capacitação e sensibilização empresarial. 		
 Crescimento da Ásia Crescimento elevado nos países da Ásia, liderado por Índia (7,4%), China (6,2%) e países da Associação de Nações do Sudeste Asiático – Asean (5,2%). 	 Inteligência comercial com foco nos países em crescimento: China, Índia e Asean. Identificação de interesses para negociações comerciais de acesso a mercados em países da Asean. Ações de promoção de negócios na Asean, na China e na Índia. Identificação e remoção de barreiras ao comércio nesses países. 		

Crescimento da América Latina

- Crescimento desigual nos países da América Latina: Peru, Chile e Colômbia crescem entre 3,5% e 4%; México 2,5%.
- Crise econômica e eleições na Argentina.
- Atenção às possíveis medidas protecionistas no comércio bilateral Brasil-Argentina.
- Esforço para o redirecionamento das exportações de manufaturados para outros países na América do Sul.
- Ações de promoção de negócios nos países da América Latina.
- Aprofundamento dos acordos preferenciais com países da América Latina.

Crescimento da África

- Crescimento das grandes economias exportadoras de petróleo da África.
- Maior dinamismo nos países das regiões Oriental e Ocidental da África.
- Inteligência comercial com foco na África.
- Ações de promoção de negócios nesses mercados.
- Identificação de mecanismos de garantia de crédito para exportações para esses mercados.
- Definição de uma agenda empresarial com a África.

Guerra comercial Estados Unidos-China

 Recrudescimento da guerra comercial entre Estados Unidos e China.

- Identificação das oportunidades de exportações do Brasil para Estados Unidos e China.
- Identificação dos riscos de aumento da concorrência em terceiros mercados e no mercado brasileiro.
- Reforço das ações para a defesa do sistema multilateral de comércio.

Protecionismo nos Estados Unidos

 Ameaça de imposição de barreiras às importações nos Estados Unidos de produtos brasileiros.

- Análise de riscos de barreiras às exportações do Brasil.
- Ações de defesa de interesses junto a organizações empresariais, executivo e Congresso dos Estados Unidos.
- Análise dos interesses e viabilidade de iniciar negociações para um acordo de livre comércio e/ou um acordo para evitar dupla tributação com os Estados Unidos.

OMC

- Propostas para a modernização da OMC.
- Enfraquecimento do mecanismo de solução de controvérsias da OMC.
- Intensificação de esforços para apresentar e negociar reformas na OMC que facilitem a recuperação do papel regulador e moderador da organização nos conflitos do comércio internacional.
- Acompanhamento e recurso a contenciosos na OMC.
- Foco na agenda de negociações preferenciais do Brasil em iniciativas com maior possiblidade de êxito e com parceiros com melhores perspectivas de crescimento econômico.

>> DO CONTEXTO DOMÉSTICO

QUADRO 3

TENDÊNCIAS E IMPACTOS DO CENÁRIO DOMÉSTICO PARA 2019 SOBRE A AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA

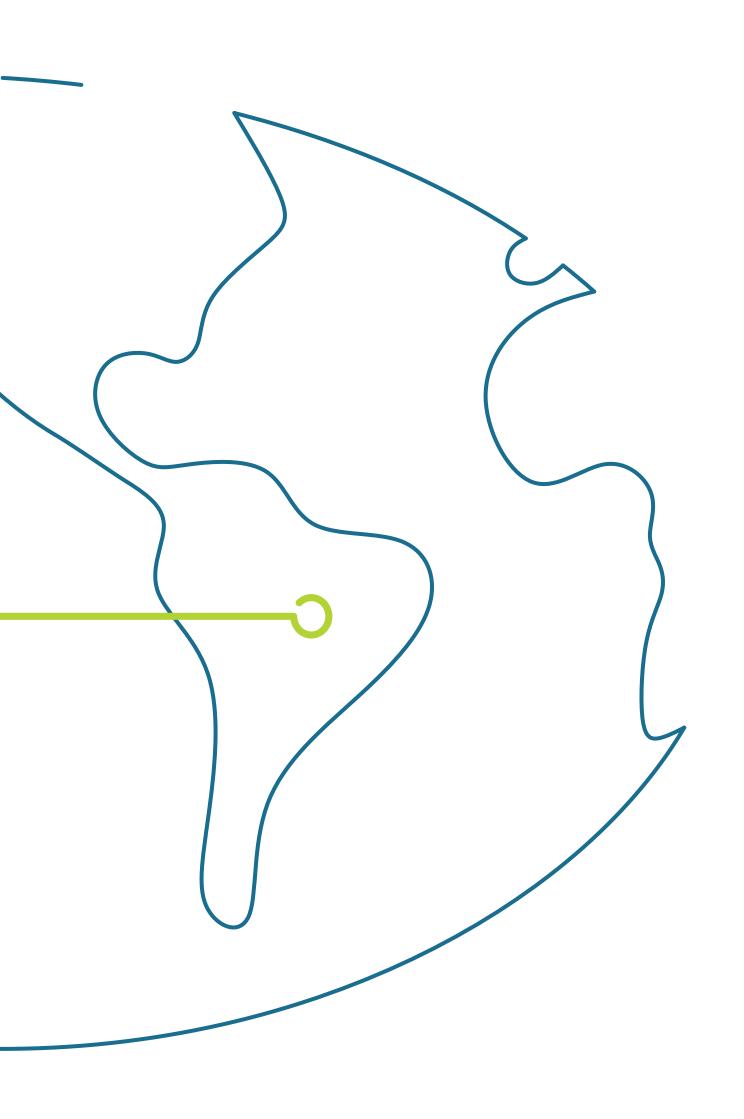
TENDÊNCIAS	IMPACTOS SOBRE A AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA
 Demanda doméstica Pequena recuperação do crescimento da economia brasileira. 	 Relevância do comércio exterior para sustentar crescimento. Relevância dos serviços de apoio à internacionalização para viabilizar especialmente a exportação de pequenas e médias empresas (PMEs). Reforço do portfólio de serviços voltado à conversão de empresas não exportadoras, com foco na preparação das empresas para internacionalização e capacitação empresarial.
 Prioridade para eliminação do déficit fiscal. Redução do papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como agente de financiamento do comércio exterior. Reforma tributária. 	 Oportunidade para avançar em ações de facilitação de comércio de bens e serviços. Esforços para identificação de propostas de mecanismos de financiamento e seguro de crédito às exportações. Oportunidade para a revisão da incidência de tributos indiretos nas exportações e dos mecanismos de recuperação de crédito tributário; reforma dos tributos incidentes nas importações de serviços; reforma do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e os impactos para os investimentos brasileiros no exterior.
 Política comercial unilateral Propostas de redução unilateral das tarifas de importações. Resistência à adoção de medidas antidumping. 	 Elaboração de estudos de impacto de uma reforma tarifária unilateral para o setor industrial. Defesa dos interesses da indústria na eventualidade de implementação de uma reforma tarifária unilateral. Análise dos riscos de alterações na implementação dos mecanismos de defesa comercial.

	 Oportunidade de cooperação com a U.S. Chamber of Commerce para o reforço das relações bilaterais.
 Redirecionamento da política econômica externa Ênfase nas relações com os Estados Unidos. 	 Oportunidade para a aproximação com outros parceiros relevantes na agenda da CNI (Brasil-Japão, por exemplo).
 Risco de conflitos comerciais com a China. Menor interesse por aproximação com economias do Sul. 	 Identificação de riscos para os interesses exportadores brasileiros nas relações com a China.
	 Análise do impacto sobre a agenda dos BRICS e de seus instrumentos (Novo Banco de Desenvolvimento).
	 Reforço das ações de influência sobre a importância da OMC para o setor industrial brasileiro.
Prioridade às relações bilaterais	 Identificação das prioridades da indústria brasileira para o Mercosul, com ênfase no modelo de integração.
 Menor importância atribuída ao multilateralismo. Revisão do modelo do Mercosul. Ênfase na negociação de acordos bilaterais. 	 Oportunidade para reforçar o papel dos conselhos empresariais da CNI.
	 Aprofundamento dos projetos-piloto para emissão de certificados de origem preferenciais e impacto na competividade das exportações brasileiras.
	 Adesão dos países da América do Sul à Convenção de Istambul.
Reorganização da governança	 Intensificação das ações de influência junto à nova estrutura governamental para
 Unificação das pastas ministeriais da área econômica (incluindo o Mdic) em um único ministério. 	apresentar e justificar as propostas da CNI na área de governança institucional do comércio exterior.

AÇÕES PRIORITÁRIAS DA AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA

Para que as empresas possam usufruir os benefícios da melhoria das políticas públicas, é preciso que elas estejam informadas sobre tais políticas e capacitadas a ingressar no mercado internacional. Por sua vez, as informações sobre entraves e dificuldades enfrentados pelas empresas no processo de internacionalização alimentam a formulação de propostas para a política comercial brasileira.

O quadro a seguir resume as prioridades para 2019 nas duas grandes linhas de atuação da CNI na área de Assuntos Internacionais, influência sobre política comercial e serviços de apoio à internacionalização de empresas.





QUADRO 4

AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA – TEMAS PRIORITÁRIOS PARA 2019

INFLUÊNCIA SOBRE POLÍTICA COMERCIAL

- Governança do comércio exterior brasileiro.
- Acordos comerciais.
- Barreiras em terceiros mercados.
- Investimentos brasileiros no exterior.
- Facilitação e desburocratização do comércio exterior.
- Logística e infraestrutura do comércio exterior.
- Tributação no comércio exterior.
- Financiamento e garantias às exportações.
- Defesa comercial.

SERVIÇOS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO

- Plano de internacionalização.
- Capacitação e sensibilização empresarial.
- Inteligência comercial.
- Promoção de negócios.
- Carnê de admissão temporária.
- Adequação de embalagem para exportação.
- Programas de internacionalização.
- Certificados para exportação.
- Desenvolvimento de competências locais.



INFLUÊNCIA SOBRE POLÍTICA COMERCIAL 38

>> GOVERNANÇA DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

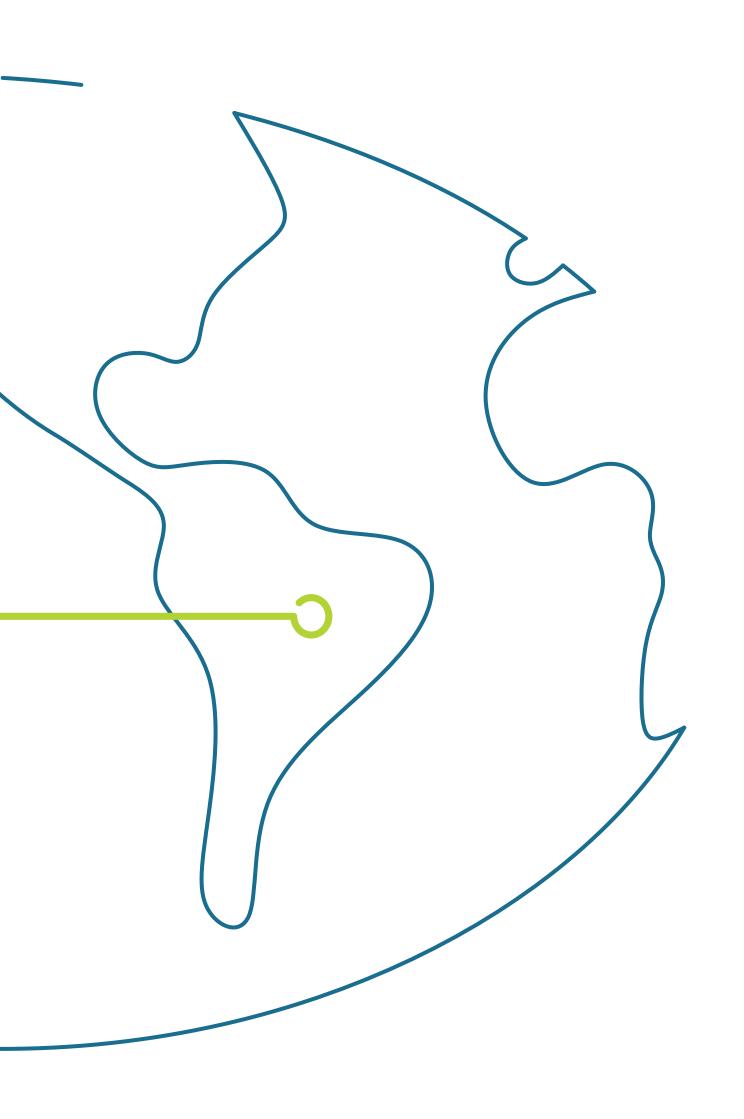
Apesar de o Brasil ser a oitava maior economia do mundo, o país é apenas o 26º maior exportador e o 29º maior importador. Além disso, o Brasil tem participação inferior a 2% no comércio internacional e o seu acesso livre de barreiras comerciais é de apenas 8% do fluxo mundial de bens. Essa situação é, em grande medida, resultado da baixa prioridade conferida ao comércio exterior entre as políticas públicas do governo brasileiro.

Parte do esforço para reverter esse quadro requer a reorganização da governança da política comercial, isto é, a forma pela qual o governo brasileiro gere a política comercial.

A gestão do comércio exterior brasileiro é, tradicionalmente, fragmentada, descoordenada e alvo de intensa disputa burocrática. Além disso, há duplicidade de funções, órgãos de formulação envolvidos na execução e órgãos executores atuando na formulação de políticas, falta de transparência e, em alguns casos, pouca ou nenhuma consulta ao setor privado, principal agente do comércio exterior.

Embora as mudanças na governança do comércio exterior sejam, como regra, promovidas nos períodos de organização do novo governo, a cada quatro anos, há ações que podem ser adotadas ao longo do mandato presidencial, de forma a tornar a gestão do governo mais eficiente e eficaz.

Em 2018, houve pouco avanço na agenda de governança do comércio exterior brasileiro. Apenas os comitês nacionais de Facilitação de Comércio (Confac) e de Investimentos (Coninv) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) reuniram-se – o segundo sem a participação do setor privado. O Comitê Nacional de Promoção Comercial (Copcom) ainda não se reuniu.





1	ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMÉRCIO EXTERIOR	Defender a elaboração e adoção, pelo governo brasileiro, em consulta com o setor privado, de uma Estratégia Nacional de Comércio Exterior para o período 2019-2022, com objetivos claros e metas mensuráveis, incluindo todos os temas da política comercial brasileira.
2	APERFEIÇOAMENTO DA CAMEX	Elaborar, apresentar e defender propostas para o aperfeiçoamento da Camex, incluindo a criação do Grupo de Trabalho de Barreiras, a realização de reuniões trimestrais do Confac, a inclusão de representação do setor privado no Coninv e a ativação do Copcom.
3	ADIDOS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Defender a criação da função do Adido de Indústria e Comércio para atuação em mercados estratégicos para a indústria; e realizar pesquisa com o setor privado para identificar suas necessidades e qualificar as funções do Adido de Indústria e Comércio.
4	ESCRITÓRIOS REGIONAIS GOVERNAMENTAIS DE APOIO À INDÚSTRIA	Apoiar a implantação de escritórios regionais governamentais de apoio à indústria nos estados brasileiros, em parceria com as Federações das Indústrias.
5	INSTITUCIONALIDADE DO SISTEMA PÚBLICO DE FINANCIAMENTO E GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES	Defender a criação de subsidiária do BNDES que concentre todas as atividades de financiamento às exportações; defender a reformulação da governança do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), transferindo-o para a referida subsidiária do BNDES e conferindo-lhe autonomia para aprovação das operações; e defender a concentração de todas as atividades de seguro de crédito na Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF).
6	INSTITUCIONALIDADE DO SISTEMA DE DEFESA COMERCIAL	Defender a importância, para o setor privado, da manutenção e do fortalecimento do sistema de defesa comercial do Brasil, mantendo-se o modelo institucional vigente, com as análises de dumping, subsídios, surtos de importação, dano e nexo causal sob jurisdição do Departamento de Defesa Comercial (Decom).

Stakeholders no governo brasileiro: #PR #CasaCivil #MRE #MAPA #MinisteriodaEconomia #CAMEX #CongressoNacional #BNDES #ABGF

>> ACORDOS COMERCIAIS

Embora o Brasil tenha intensificado sua agenda de negociações de acordos comerciais, o país continua à margem dos grandes arranjos internacionais. O Brasil possui acesso preferencial a apenas 8% das importações mundiais, enquanto economias avançadas, como Japão e Estados Unidos, atingem 17% e 24%, e economias em desenvolvimento, como México e Peru, 57% e 74%, respectivamente.

Acordos comerciais são essenciais para aumentar o acesso a mercados, impulsionar as reformas internas, incrementar a competitividade industrial e alavancar a produtividade da economia. Os acordos comerciais também definem as regras que geram mais previsibilidade e segurança jurídica ao ambiente de negócios, equalizando condições de competição em mercados prioritários e facilitando o comércio e o fluxo de investimentos.

O ano de 2018 foi marcado pela continuidade das negociações com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e pelo lançamento de negociações com economias relevantes, como Canadá, Coreia do Sul e Cingapura. Com os Estados Unidos, destaca-se a renovação do Sistema Geral de Preferências (SGP) até dezembro de 2020. Em propriedade intelectual, houve a inclusão do setor de tecnologia da informação no Acordo de Compartilhamento de Exame de Patentes (PPH) com os americanos e foi estabelecido o PPH com a China.

Na América Latina, houve maior aproximação entre Mercosul e Aliança do Pacífico. Os presidentes dos blocos reuniram-se pela primeira vez e definiram temas comerciais prioritários, incluindo um mandato para negociar um acordo de facilitação de comércio. Ademais, destaca-se a celebração de acordo de serviços entre Mercosul e Colômbia, país com o qual também foi retomada a negociação para um acordo de compras governamentais.

No âmbito bilateral, destaca-se com o Chile a celebração de acordo de compras governamentais e a finalização das negociações sobre a ampliação temática do acordo de livre comércio. Apesar dos avanços, a esperada conclusão do acordo entre Mercosul e União Europeia não ocorreu. Além disso, houve a estagnação das negociações entre Brasil e México, bem como do processo de acessão do Brasil à OCDE, e o enfraquecimento da OMC.



PRIORIDADES PARA 2019 Defender a conclusão do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia com a inclusão dos pleitos **UNIÃO EUROPEIA** 1 de maior impacto para a indústria, sobretudo em acesso a mercados e regras de origem. Defender a conclusão de um acordo de livre comércio ou de um acordo parcial – o mais amplo possível na cobertura de bens – que inclua regras de origem MÉXICO 2 satisfatórias para a indústria e capítulos sobre barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias, compras governamentais, facilitação de comércio e serviços. Defender a importância do Mercosul para a indústria; apresentar e defender propostas para influenciar e estimular o avanço da agenda econômica e comercial do 3 **MERCOSUL** bloco, em particular para a ampliação do livre comércio intrabloco e negociação de acordos em serviços e facilitação de comércio; e defender o aperfeiçoamento da governança técnica e administrativa do Mercosul. Apresentar e defender propostas para o aprofundamento da integração entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, ALIANÇA DO PACÍFICO 4 prioritariamente em acumulação de origem e facilitação de comércio; e defender o aprofundamento dos acordos bilaterais com o México e a Colômbia. Defender o lançamento de negociações para acordos de **ESTADOS UNIDOS E** livre comércio com os Estados Unidos e o Japão com base 5 **JAPÃO** nos roadmaps apresentados pelo setor privado brasileiro e pelas suas contrapartes americana e japonesa. Acompanhar, influenciar e apoiar o setor privado na **OUTRAS NEGOCIAÇÕES** construção de ofertas e posicionamentos para as 6 EM ANDAMENTO negociações em andamento, prioritariamente com EFTA, Canadá, Coreia do Sul, Cingapura e Índia. Defender o lançamento de negociações de acordos de comércio com Irã, Sistema de Integração Centro-LANÇAMENTO DE Americano (Sica), países do norte da África e 7 **NOVAS NEGOCIAÇÕES** países da Asean, preferencialmente Indonésia; e o aprofundamento do acordo com a União Aduaneira da África Austral (Sacu).

8	TARIFA EXTERNA COMUM DO MERCOSUL	Elaborar posicionamento para a defesa da abertura comercial do Brasil via acordos comerciais e, em paralelo, avaliar as opções para a racionalização da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul e suas exceções, com o intuito de aumentar a competitividade industrial.
9	PROGRAMA DE AJUSTE À ABERTURA COMERCIAL	Elaborar, apresentar e defender as propostas para criação de um programa governamental para empresas brasileiras afetadas negativamente pela abertura comercial, nos moldes dos programas de ajuste dos Estados Unidos e da Coreia do Sul.
10	OCDE	Elaborar e apresentar propostas que contribuam para a acessão do Brasil à OCDE, sobretudo nos temas de comércio, investimentos e tributação internacional; e defender, junto às congêneres da CNI no exterior, o apoio dos seus respectivos governos para o processo de acessão do Brasil.
11	ОМС	Defender a importância do sistema multilateral de comércio; monitorar as negociações no âmbito da OMC; aprofundar as posições da indústria, em particular nos temas de facilitação de investimentos e comércio eletrônico; e avaliar, junto ao setor privado, a possibilidade de adesão do Brasil ao Acordo de Compras Governamentais (ACG).
12	PROPRIEDADE INTELECTUAL	Defender a conversão dos projetos-pilotos de PPH existentes com os Estados Unidos, Japão, União Europeia e China em acordos permanentes, inclusive com a ampliação dos setores beneficiados; defender projetos-piloto adicionais com a Coreia do Sul e a Alemanha; defender a aprovação, pelo Congresso Nacional, a ratificação e a promulgação, pelo Poder Executivo, do Sistema de Madri para o Registro Internacional de Marcas (Protocolo de Madri); e defender a adesão do Brasil ao Acordo de Haia Referente ao Registro Internacional dos Desenhos e Modelos Industriais.

PRIORIDADES PARA 2019		
13	INTERNALIZAÇÃO DE ACORDOS	Apresentar e defender propostas, junto aos Poderes Legislativo e Executivo, para a aprovação célere dos acordos econômicos assinados pelo Brasil; trabalhar para a internalização, principalmente, do acordo comercial expandido Brasil-Peru, acordo de compras governamentais Brasil-Chile, acordo de livre comércio Brasil-Chile, Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (PCFI) no Mercosul, Protocolo de Contratações Públicas (PCP) no Mercosul e protocolo de serviços Brasil-Colômbia.
14	APROVEITAMENTO DOS ACORDOS EXISTENTES	Disseminar os benefícios dos acordos comerciais celebrados e avaliar, junto ao setor privado, o aproveitamento desses acordos para apresentar e defender melhorias junto ao governo brasileiro.

Stakeholders no governo brasileiro: #PR #CasaCivil #MRE #MAPA #MinisteriodaEconomia #CAMEX #CongressoNacional

>> BARREIRAS EM TERCEIROS MERCADOS

Segundo o monitoramento semestral da OMC, as medidas restritivas ao comércio e aos investimentos aplicadas no mundo dobraram entre outubro de 2017 e maio de 2018, principalmente entre os países do Grupo dos 20 (G20). Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de 2017, estimou que apenas dois tipos de barreiras não tarifárias – barreiras técnicas, e medidas sanitárias e fitossanitárias – reduzem as exportações brasileiras em cerca de 14%.

As barreiras comerciais e aos investimentos são cada vez mais sofisticadas e difíceis de serem identificadas. A indústria é afetada, de forma direta, por pelo menos 16 tipos de barreiras comerciais que podem ser questionadas no âmbito da OMC – 12 de natureza não tarifária e quatro de caráter tarifário. Nesse contexto, é necessário o trabalho contínuo com o setor privado para sensibilização, capacitação, identificação, monitoramento e superação dessas barreiras.

Em 2018, o governo brasileiro concluiu a implantação do Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras (SEM Barreiras), plataforma digital interministerial para a gestão de medidas restritivas às exportações e aos investimentos brasileiros no exterior. O setor privado já notificou mais de 30 barreiras na plataforma. Além disso, houve a notificação de três novas Preocupações Comerciais Específicas (PCEs) no âmbito dos comitês de Barreiras Técnicas ao Comércio (Comitê TBT) e Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Comitê SPS) da OMC, bem como a apresentação de propostas brasileiras para a revisão trienal do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT).

O estabelecimento de um Mecanismo de Investigação de Barreiras e a criação da função de Adidos de Comércio e Indústria não registram avanços.



Para dar seguimento ao trabalho no tema, a CNI lançou, em 2018, a Coalizão Empresarial para Facilitação de Comércio e Barreiras (CFB), composta por mais de 80 membros, entre Federações das Indústrias, associações setoriais e sindicatos patronais engajadas no tema.

PRIORIDADES PARA 2019		
1	SENSIBILIZAÇÃO DO SETOR PRIVADO	Sensibilizar Federações das Indústrias, associações setoriais, sindicatos patronais e empresas sobre barreiras comerciais e aos investimentos, por meio de reuniões, eventos, ensino à distância (EaD) e disseminação da cartilha e do manual de barreiras, com o intuito de identificar novos entraves às exportações e aos investimentos brasileiros no exterior.
2	QUALIFICAÇÃO DE BARREIRAS	Qualificar, pelo menos, 20 casos de novas barreiras identificadas pelo setor privado, por meio de análise técnica e legal, registrá-los no sistema SEM Barreiras e apontar possíveis soluções aos órgãos do governo brasileiro.
3	AVALIAÇÃO DO SEM BARREIRAS	Elaborar e apresentar ao governo brasileiro a primeira avaliação de desempenho e impacto do SEM Barreiras, incluindo recomendações de melhorias da plataforma digital e da gestão interministerial da ferramenta.
4	GRUPO DE TRABALHO DE BARREIRAS NA CAMEX	Elaborar e defender proposta para a criação de um Grupo de Trabalho de Barreiras no âmbito da Camex, com o objetivo de aprimorar a coordenação do tema pelo governo brasileiro.
5	MECANISMO DE INVESTIGAÇÃO DE BARREIRAS	Defender a criação de um Mecanismo de Investigação de Barreiras que permita ao setor privado solicitar, por meio de petição ao governo brasileiro, a investigação formal de barreiras identificadas em mercados externos.
6	ADIDOS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Defender a criação da função do Adido de Indústria e Comércio para atuação em mercados estratégicos para a indústria; e realizar pesquisa com o setor privado para identificar suas necessidades e qualificar as funções do Adido de Indústria e Comércio.

PRIORIDADES PARA 2019		
7	PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO NOS COMITÊS DA OMC	Defender junto ao governo brasileiro a participação do setor privado como parte da delegação do país às reuniões dos comitês TBT e SPS da OMC, com o intuito de apoiar tecnicamente a apresentação de novas PCEs e acompanhar as discussões sobre as PCEs já notificadas.
8	CONTENCIOSOS NA OMC	Monitorar os contenciosos mais importantes para a indústria nos quais o Brasil é parte demandada ou demandante, por meio da articulação entre os setores público e privado, incluindo a realização de briefings periódicos.
9	MECANISMOS GOVERNAMENTAIS BILATERAIS	Identificar e incluir os pleitos de superação de barreiras às exportações e aos investimentos nos diálogos bilaterais coordenados pelo governo brasileiro, em particular com os mercados estratégicos para indústria.

Stakeholders no governo brasileiro: #PR #CasaCivil #MRE #MAPA #MinisteriodaEconomia #ANVISA #INMETRO #CAMEX

>> INVESTIMENTOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Embora tenha havido crescimento do estoque de investimentos brasileiros no exterior, de US\$ 157 bilhões em 2008 para US\$ 358 bilhões em 2017, o Brasil perdeu espaço no contexto global de internacionalização produtiva de suas empresas, com queda no fluxo de investimentos ao exterior na última década. Países como México e Chile estão à frente do Brasil nesse processo, e a maior participação deles nos fluxos de investimentos externos se deve, em grande medida, as suas políticas de incentivo.

Os investimentos no exterior são uma consequência natural da competição global e trazem benefícios para toda a economia brasileira. Estudo da CNI e da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) aponta que a taxa de inovação nas empresas transnacionais brasileiras (92%) é mais alta em relação aos demais grupos de empresas do Brasil: 62% nas grandes empresas nacionais, 81% nas empresas estrangeiras no Brasil e 36% na indústria de transformação em geral.

Em 2018, os progressos mais significativos foram relacionados à agenda de acordos bilaterais. Após quase uma década sem a conclusão de novos Acordos para Evitar Dupla Tributação (ADTs), o país assinou ADTs com Suíça, Cingapura e Emirados Árabes Unidos. Outro avanço é que tais acordos trazem maior alinhamento aos padrões da OCDE, reduzindo alíquotas de imposto para alguns rendimentos e eliminando cláusulas históricas, como o tax sparing e o matching credit. Além disso, foi promulgado o Protocolo de Emenda ao ADT Brasil-Argentina.

47

Em facilitação de investimentos, vale ressaltar a promulgação do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) com o México. Ainda nesse tema, o MRE publicou o Código de Conduta de seus servidores no exterior, que, embora represente um passo relevante para assegurar mais previsibilidade às empresas, inclui pontos que podem significar restrição ao apoio diplomático no exterior e que demandariam esclarecimentos em um novo texto do Código.

No tema previdenciário e trabalhista, o grande avanço registrado foi a promulgação do acordo previdenciário com os Estados Unidos, principal destino dos trabalhadores expatriados brasileiros. A revisão da Lei de Expatriados (Projeto de Lei do Senado nº 138/2017) registrou importante avanço em 2018, foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

PRIORIDADES PARA 2019		
1	LEI DE LUCROS NO EXTERIOR	Defender a revisão da Lei nº 12.973/2014 para eliminação da tributação do lucro das empresas no exterior ou, alternativamente, defender a prorrogação do prazo, de 2022 para 2030, para concessão de crédito presumido de 9% e para a consolidação dos resultados de empresas coligadas e controladas fora do país; e defender a alteração de critérios para o enquadramento de um país como Regime de Tributação Facilitada (RTF), hoje em 20%.
2	LEI DE EXPATRIADOS	Defender a aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei do Senado nº 138/2017, que modifica a legislação de expatriação de mão de obra do Brasil, com foco na redução dos custos e no aumento da segurança jurídica, por meio da definição da legislação aplicável, adicionais de transferência e termos de compromisso.
3	PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA	Defender a revisão da legislação sobre preços de transferência para aprimorar pontos, como salvaguardas, commodities, conceito de similaridade e impactos da variação cambial; e fomentar o debate sobre alterações na legislação para o processo de acessão do Brasil à OCDE, sem prejuízos para as empresas multinacionais brasileiras.
4	ADTs	Defender a negociação de novos ADTs com Estados Unidos, Colômbia, Alemanha, Reino Unido, Paraguai e Uruguai; e defender a revisão de ADTs com África do Sul, Chile, China, França, Índia, Japão, Luxemburgo, México, Países Baixos, Peru e Turquia, de modo a aproximar o modelo brasileiro às diretrizes da OCDE.



5	ACORDOS PREVIDENCIÁRIOS	Defender a negociação de novos acordos previdenciários com África do Sul, Angola, Áustria, China, Colômbia, Egito, Emirados Árabes Unidos, México, Países Baixos, Panamá e República Dominicana; apoiar a internalização do acordo multilateral ente países de língua portuguesa; defender a aprovação, no Congresso Nacional, do acordo previdenciário com a Suíça; defender a revisão dos acordos existentes com os países do Mercosul, Alemanha, Bélgica, França, Itália e demais países ibero-americanos, elevando para cinco anos o período de cobertura do deslocamento dos funcionários; e concluir o processo de assinatura do acordo com a Índia.
6	ACFIs	Defender a negociação de novos ACFIs com países da América Latina, da África, do BRICS, os Estados Unidos e o Japão; defender a internalização dos ACFIs com Chile, Colômbia, Maláui, Mercosul, Moçambique e Peru; e disseminar os benefícios dos ACFIs para as multinacionais brasileiras.
7	ACORDOS DE VISTOS	Elaborar, apresentar e defender propostas para celebração e aprimoramento de acordos bilaterais de vistos de negócios, de trabalho e de investidor, prioritariamente com Alemanha, Aliança do Pacífico, BRICS, Estados Unidos, França, Japão, Mercosul e Reino Unido.
8	CÓDIGO DE CONDUTA DO MRE	Defender a revisão do Código de Conduta do MRE no que diz respeito ao apoio diplomático das empresas brasileiras no exterior.
9	CONINV DA CAMEX	Defender a inclusão da representação do setor privado no Coninv da Camex.
10	FINANCIAMENTO E GARANTIAS	Defender a importância das linhas de financiamento aos investimentos brasileiros no exterior; defender a criação de seguro de crédito para cobertura de riscos políticos e extraordinários de investimentos no exterior de empresas brasileiras e controladas e coligadas; e disseminar, em parceira com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), serviços que apoiem a obtenção de linhas de financiamento e garantias para investimentos do Brasil em países do continente africano.

Stakeholders no governo brasileiro: #PR #CasaCivil #MinisteriodaEconomia #RFB #MRE #CAMEX #CongressoNacional #BNDES #ABGF

>> FACILITAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Em média, os atrasos aduaneiros aumentam em cerca de 13% os custos para exportar e 14% para importar no Brasil, o que contribui para que o país esteja na 106º posição entre os melhores países para se realizar operações de comércio exterior do *Doing Business* de 2019. A pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras, publicada pela CNI em 2018, demonstra que a burocracia alfandegária figura entre os principais obstáculos ao aumento da competitividade das exportações brasileiras.

A implantação de medidas de facilitação de comércio é essencial para a integração do país às cadeias globais de valor e aos fluxos de comércio e investimentos. O Brasil, impulsionado pelo Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) da OMC, segue com os esforços para simplificar os procedimentos relacionados ao trânsito de mercadorias na exportação e na importação, incorporando iniciativas que contribuam com a estratégia de reduzir custos e tempo das operações de comércio exterior.

Em 2018, foi estabelecido um novo fluxo de exportações com a implantação da Declaração Única de Exportação (DU-E), integrada à nota fiscal eletrônica, no âmbito do Portal Único de Comércio Exterior. A medida contribuirá significativamente para que o país se aproxime da sua meta de reduzir em 40% o tempo médio de transação. Apesar disso, o módulo de coleta única para arrecadação de impostos, taxas, encargos e contribuições exigidos no comércio exterior brasileiro, já desenvolvido, não teve sua implantação efetivada.

Ainda em 2018, o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA), que figura entre os 10 mais abrangentes e atrativos do mundo, enfrentou desafios para alocação de recursos humanos, técnicos e orçamentários. Como consequência, o alcance das metas oficiais do programa foi comprometido, impactando o engajamento do setor privado, a integração de outros órgãos anuentes e o avanço nas negociações dos Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARMs) com mercados estratégicos para indústria.

Alguns órgãos do governo brasileiro, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) – este último vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) –, começaram a incorporar iniciativas para modernizar suas gestões de risco aduaneiro. Ainda assim, há margem considerável para aumentar o nível de engajamento dos órgãos na agenda de facilitação de comércio, sobretudo sob a coordenação do Confac da Camex.

1	PORTAL ÚNICO DE COMÉRCIO EXTERIOR	Defender a importância do programa e da alocação de recursos humanos, técnicos e orçamentários para sua execução; e apoiar a implantação do novo módulo de importação e a plena integração de controles e regulamentações de todos os órgãos anuentes do comércio exterior ao Portal Único de Comércio Exterior.
2	PROGRAMA BRASILEIRO DE OEA	Defender a importância do programa e da alocação de recursos humanos, técnicos e orçamentários para sua execução; apoiar a integração dos principais órgãos anuentes do comércio exterior ao modelo de gestão de riscos aduaneiros para implantação do Programa OEA; e defender a negociação de um plano de trabalho para o ARM com a China e a implementação dos planos de trabalho de ARM existentes com Argentina e Estados Unidos.
3	COLETA ÚNICA DE IMPOSTOS, TAXAS E ENCARGOS	Apoiar a implantação, no âmbito do Portal Único de Comércio Exterior, do sistema de coleta única para arrecadação dos tributos federais e estudais, das taxas e encargos exigidos pelos órgãos anuentes do comércio exterior e das tarifas cobradas pelos operadores privados.
4	GESTÃO DE RISCO	Elaborar diagnóstico sobre os processos de gestão de risco dos órgãos anuentes do comércio exterior; e defender a implantação de mudanças nos processos de controle aduaneiro desses órgãos.
5	TAXAS E ENCARGOS NAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES	Defender a eliminação das incompatibilidades jurídicas com as normas nacionais e internacionais de taxas e encargos exigidos no comércio exterior brasileiro.
6	TARIFA DE ESCANEAMENTO DE CONTÊINERES	Defender a eliminação da cobrança de tarifa decorrente da inspeção não invasiva (escaneamento de contêineres) praticada pelos terminais portuários em todas as regiões fiscais da aduana brasileira.
7	AGENDA REGULATÓRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR	Monitorar e defender a execução da 1ª Agenda Regulatória de Comércio Exterior 2018/2019, sob coordenação da Camex; e defender a elaboração da 2ª Agenda Regulatória de Comércio Exterior 2019/2020.

8	BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS	Defender a obrigatoriedade de realização de consultas públicas, com prazo mínimo de 60 dias para contribuições, de audiências públicas e de avaliação de impacto regulatório na adoção de normas de comércio exterior.
9	COMÉRCIO ELETRÔNICO	Elaborar, apresentar e defender as propostas para adoção, pelo governo brasileiro, de medidas de facilitação de comércio que incorporem as necessidades do comércio digital da indústria.
10	CONFAC DA CAMEX	Defender a realização de reuniões trimestrais do Confac; submeter ao Comitê propostas sobre temas prioritários do setor privado; e estimular a participação das Federações das Indústrias nas Comissões Locais de Facilitação de Comércio (Colfac).

Stakeholders no governo brasileiro: #MinisteriodaEconomia #RFB #MAPA #ANVISA #ANTAQ #CAMEX #CongressoNacional



>> LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR

De acordo com o Índice de Competitividade Global 2018 do *World Economic Forum* (WEF), que compara 140 economias em diversos aspectos, o Brasil encontra-se no 84º lugar no quesito de infraestrutura do transporte, atrás de todos os demais parceiros do BRICS e de países como Namíbia, Quênia e Vietnã.

No Brasil, as deficiências enfrentadas nas áreas de logística e infraestrutura configuram-se como entraves para as vendas ao exterior. A pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras, publicada pela CNI em 2018, identificou as elevadas tarifas cobradas por portos e aeroportos como o problema mais crítico enfrentado pelas empresas brasileiras na hora de exportar. Os custos do transporte doméstico e internacional também aparecem na pesquisa entre os seis principais obstáculos. O país tem ainda problemas estruturantes na oferta dos serviços de transporte rodoviário, ferroviário, marítimo e hidroviário, bem como no sistema portuário.

Em 2018, poucos avanços foram observados na área. Entre estes, cabe destacar a implementação, pelo governo brasileiro, da Resolução Normativa (RN) da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) nº 18/2017, que aperfeiçoa a regulação e a fiscalização das práticas dos usuários e armadores no transporte marítimo.

No entanto, houve grande retrocesso com a implementação da política de tabelamento do frete mínimo, em decorrência da greve dos caminhoneiros, deflagrada entre maio e junho. A política contribuiu para elevação dos custos do transporte doméstico, impactando diretamente nos preços e na competitividade dos produtos exportados pelo Brasil. No ano, também não houve avanços na agenda de licitações ao setor privado das administrações portuárias públicas (Companhias Docas e concessionárias estaduais).

PRIORIDADES PARA 2019		
1	TARIFAS COBRADAS POR PORTOS E ARMADORES	Realizar levantamento das tarifas que incidem sobre as exportações e importações de bens, cobradas pelos terminais portuários (públicos e privados) e pelos armadores, e propor recomendações de redução tarifária e uniformização de nomenclaturas.
2	MODAL AÉREO	Realizar diagnóstico sobre os principais obstáculos enfrentados pelos exportadores e importadores no modal aéreo.
3	CONSELHO DE USUÁRIOS DE TRANSPORTE MARÍTIMO	Realizar diagnóstico sobre a experiência internacional com a criação, organização e atuação de Conselhos de Usuários de Transporte Marítimo; e defender propostas para criação de um conselho similar no Brasil.

4 RESERVA DE CARGA

Defender a denúncia dos acordos de reserva de carga marítima que o Brasil mantém com a Argentina e com o Uruguai; assegurar o cumprimento da decisão da Camex de não renovar o acordo com Chile, por meio da publicação de ato legalmente vinculante; e defender a inclusão de cláusulas, nos acordos de comércio em negociação pelo Brasil e pelo Mercosul, de liberalização e não exclusividade de cargas no transporte marítimo.

Stakeholders no governo brasileiro: #PR #CasaCivil #MinisteriodaEconomia #ANTAQ #MRE #CAMEX #MinisteriodaInfraestrutura

>> TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR

A complexa e elevada carga tributária imposta pelo Brasil sobre o comércio exterior afeta, de forma negativa, a competitividade da indústria. No *ranking* mundial de competitividade, elaborado pelo WEF em 2018, com 140 países, o Brasil está no 72º lugar. Um dos principais fatores que contribuíram para esse baixo desempenho é o efeito da tributação brasileira.

No Brasil, aproximadamente, seis tributos incidem sobre bens e serviços, o equivalente ao dobro do praticado internacionalmente. A cumulatividade desses tributos ao longo da cadeia produtiva gera o aumento de custos para as empresas brasileiras, que acabam exportando-os em forma de tributo. Na pesquisa da CNI sobre os Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras, o excesso de tributos foi apontado por um terço dos exportadores como muito crítico, seguido pela complexidade dos mecanismos de redução tributária na exportação, a dificuldade de ressarcimento de créditos tributários federais e estaduais.

Em 2018, a tributação no comércio exterior brasileiro foi marcada por retrocessos. O Reintegra teve a sua alíquota reduzida para 0,1%, intempestivamente, por meio do Decreto nº 9.393/2018, ferindo o princípio da anterioridade e prejudicando os exportadores brasileiros. Além disso, a Receita Federal do Brasil (RFB) passou a cobrar o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) no *Drawback* Isenção. Por fim, outro retrocesso foi a publicação da Solução de Consulta Cosit nº 246/2018, que estabeleceu a incidência de IOF-câmbio (0,38%) sobre recursos oriundos de exportação, mantidos em conta no exterior, que forem remetidos ao Brasil após recebimento do pagamento.

A compensação de créditos tributários federais com débitos previdenciários foi autorizada por meio da Lei nº 13.670/2018. Entretanto, a lei limitou a compensação de créditos tributários federais com débitos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) por estimativa, e também de créditos que estejam sob procedimento de verificação de liquidez. No âmbito estadual, não houve avanços para a efetiva compensação ou ressarcimento de créditos acumulados nas exportações.



Os regimes aduaneiros especiais não apresentaram avanços de aprimoramento em 2018. O *drawback* contínuo, por exemplo, não foi implementado e as discussões sobre as alterações no regime das Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs) também não avançaram no Congresso Nacional. Na parte de serviços, embora a redução da carga tributária sobre o comércio exterior não tenha apresentado alterações significativas, houve esforços por parte do governo no âmbito do Grupo de Trabalho de Serviços da Camex, que continua trabalhando ativamente no tema.

PRIORIDADES PARA 2019		
1	REINTEGRA	Na ausência de uma reforma tributária que elimine a tributação em cascata, defender a manutenção do Reintegra e a aplicação da alíquota de 3% para a devida reintegração dos resíduos tributários remanescentes na cadeia de produção dos bens exportados.
2	COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E ESTADUAIS DE EXPORTAÇÃO	Defender a eliminação das restrições impostas à compensação de créditos tributários federais; realizar ações junto ao Congresso Nacional e no âmbito estadual para utilização efetiva dos créditos tributários relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).
3	CUSTO DE DESCARGA NACIONAL DE MERCADORIA NA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	Defender a retirada do custo de descarga nacional da mercadoria (capatazia) da composição do valor aduaneiro na base de cálculo do Imposto de Importação (II) atuando junto aos Poderes Executivo e Judiciário.
4	REGIMES ADUANEIROS DE DRAWBACK, RECOF E RECOF-SPED	Apresentar e defender propostas de aperfeiçoamento dos regimes aduaneiros, tais como a operacionalização do drawback contínuo, a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) em todas as modalidades de drawback e a isenção do ICMS tanto para o drawback isenção, quanto para o Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado (Recof) e o Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped).
5	ZPEs	Elaborar, apresentar e defender propostas para aperfeiçoamento das ZPEs; e atuar junto ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo para alterar a legislação vigente, sobretudo no que diz respeito ao compromisso exportador e à inclusão de empresas do setor de serviços.

TRIBUTAÇÃO NO
COMÉRCIO EXTERIOR DE
SERVIÇOS

Defender e sensibilizar setores da indústria sobre a importância da redução da carga e da restituição tributária nas importações de serviços, tais como a isenção do IOF-Câmbio por meio de lei, e o estabelecimento de novos critérios de dedutibilidade das despesas incorridas na importação de serviços que implicam transferência de tecnologia; além de atuar junto ao Congresso Nacional na defesa do aprimoramento da definição de exportação de serviços, a fim de reduzir a insegurança jurídica e a discricionariedade do Poder Executivo.

Stakeholders no governo brasileiro: #PR #CasaCivil #MinisteriodaEconomia #MinisteriodaInfraestrutura #RFB #PGFN #CongressoNacional #STJ #STF

>> FINANCIAMENTO E GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES E AOS INVESTIMENTOS

De acordo com a OMC, entre 80% e 90% do comércio mundial é financiado por crédito ou apoiado por seguro de crédito. No Brasil, entretanto, a pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras, publicada pela CNI em 2018, aponta que 43% das empresas exportadoras do país não utilizam – ou usam muito pouco – os instrumentos de financiamento às exportações disponíveis, e 84% não utilizam garantias.

Apesar da subutilização, os instrumentos públicos de financiamento às exportações no Brasil cumprem papel importante para alavancar vendas de alto valor agregado ao exterior. Um exemplo é o Programa de Financiamento às Exportações (Proex Equalização), no qual cada US\$ 1,00 desembolsado gera outros US\$ 19,00 em exportações. No entanto, há lacunas que precisam ser solucionadas, como a imprevisibilidade orçamentária, a governança institucional dos instrumentos e os processos burocráticos de solicitação de financiamento ao BNDES. Na área de garantias, a limitação dos mecanismos e sua complexa governança são os obstáculos centrais.

Em 2018, foram registrados avanços limitados relacionados ao sistema público de financiamento e garantias. Entre eles, vale ressaltar a revisão do método de cálculo do índice de nacionalização das mercadorias exigido nas operações de financiamento do BNDES, bem como as iniciativas do Banco em prol da transparência das suas operações, sobretudo quanto ao financiamento às exportações de serviços.

Já no tocante às garantias, destacam-se aperfeiçoamentos realizados no Seguro de Crédito à Exportação (SCE), como a inclusão da cobertura pelo seguro de perdas incorridas pelo exportador com custos de produção, quando este é impedido de executar suas obrigações contratuais, seja por default do importador/devedor, seja por razões políticas.



Por fim, cabe destacar a conclusão, durante a Cúpula do BRICS em Johanesburgo, do acordo para a criação do Escritório Regional das Américas do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o "Banco do BRICS", a ser instalado em São Paulo.

PRIORIDADES PARA 2019			
1	APOIO OFICIAL ÀS EXPORTAÇÕES E AOS INVESTIMENTOS	Defender a importância, para o setor privado, da manutenção e do fortalecimento dos instrumentos públicos de financiamento e garantias às exportações, de bens e serviços, e aos investimentos brasileiros no exterior.	
2	INSTRUMENTOS PÚBLICOS DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES	Defender a previsibilidade e regularidade nos recursos do Proex Equalização e do Proex Financiamento disponibilizados ao longo do ano, a flexibilidade de movimentação de recursos entre as duas linhas, a revisão de procedimentos do BNDES-Exim Pós-Embarque para reduzir o tempo de aprovação do financiamento, e a atuação conjunta do BNDES e da ABGF para atrair bancos comerciais ao financiamento de exportações de médio e longo prazos.	
3	INSTRUMENTOS PÚBLICOS DE GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES	Defender a ampliação do portfólio de produtos da ABGF, conferindo maior atenção ao desenvolvimento de operações estruturadas; apoiar parcerias da ABGF com agências de crédito à exportação de outros países e com seguradoras privadas, no âmbito do desenvolvimento de operações de cofinanciamento e cosseguro às exportações; e defender a aceitação, nas operações do Fundo de Garantia às Exportações (FGE), de apólice de garantia incondicional.	
4	INSTITUCIONALIDADE DO SISTEMA PÚBLICO DE FINANCIAMENTO E GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES	Defender a criação de subsidiária do BNDES que concentre todas as atividades de financiamento às exportações; defender a reformulação da governança do Proex, transferindo-o para a referida subsidiária do BNDES e conferindo-lhe autonomia para aprovação das operações; e defender a concentração de todas as atividades de seguro de crédito na ABGF.	
5	COMPATIBILIDADE COM OCDE	Apresentar e defender as propostas relacionadas à compatibilidade do sistema brasileiro de financiamento e garantias às exportações com os instrumentos e políticas da OCDE.	

PRIORIDADES PARA 2019		
6	PRÁTICAS INTERNACIONAIS DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES	Realizar benchmarking internacional sobre as políticas de financiamento público às exportações e comparativo com o sistema vigente no Brasil, com objetivo de identificar pontos de convergência e discrepâncias.
7	NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO	Defender o pagamento regular da cota anual do Brasil ao NDB; defender a adesão do Brasil ao Fundo de Preparação de Projetos (PPF) do NDB; apoiar a implantação do Escritório Regional das Américas; e apoiar o aumento do número de projetos brasileiros financiados pelo Banco.

Stakeholders no governo brasileiro: #PR #CasaCivil #MinisteriodaEconomia #BNDES #ABGF #CAMEX #MRE

>> DEFESA COMERCIAL

Embora o Brasil tenha sido um dos maiores aplicadores de medidas de defesa comercial no mundo, hoje o total de direitos *antidumping* aplicados pelo país equivale a apenas 1% das importações. Após o pico de 43 medidas de defesa comercial aplicadas pelo Brasil em 2013, em 2017 o país aplicou somente 18 medidas. Por outro lado, os exportadores brasileiros passaram a ser alvo de um número crescente de medidas de defesa comercial contra suas exportações, que atingiram um total de 18 em 2017, contra apenas duas aplicadas em 2013.

A manutenção de um sistema equilibrado e eficiente de defesa comercial é essencial para afastar práticas desleais nas importações, e condenáveis pelas regras multilaterais de comércio, que afetam negativamente a produção e o emprego no país. As principais economias do mundo, inclusive as mais abertas ao comércio internacional, utilizam ferramentas de defesa comercial. Um sistema em consonância com as regras multilaterais e com a legislação doméstica contribui de forma significativa para o engajamento dos setores na agenda de abertura comercial.

Durante o ano de 2018, intensificou-se o movimento de aumento da politização do sistema de defesa comercial, sobretudo pela atuação do Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público (GTIP). As principais questões continuam sendo o uso excessivo desse instrumento, principalmente quando comparado com outros países, a falta de transparência, a inversão do ônus da prova nos processos e as motivações frágeis para a suspensão de direitos *antidumping*.

No entanto, foram dados alguns passos para avançar na modernização das normas de defesa comercial, como a consulta pública referente à atualização do Decreto sobre Salvaguardas, de 1995, e a publicação da Portaria Secex nº 41/2018, que define critérios para a habilitação de empresas como indústria fragmentada, permitindo maior flexibilidade no provimento de informações em processos antidumping do setor.



Segue pendente, contudo, a entrada em vigor do novo Decreto sobre Medidas Compensatórias, cuja consulta pública foi realizada ainda em 2013. Também seguem pendentes as regulamentações referentes aos procedimentos de investigação envolvendo indústrias fragmentadas.

PRIORIDADES PARA 2019		
1	INSTITUCIONALIDADE DO SISTEMA DE DEFESA COMERCIAL	Defender a importância, para o setor privado, da manutenção e do fortalecimento do sistema de defesa comercial do Brasil, mantendo-se o modelo institucional vigente, com as análises de dumping, subsídios, surtos de importação, dano e nexo causal sob jurisdição do Departamento de Defesa Comercial (Decom).
2	SEGURANÇA JURÍDICA NAS ANÁLISES DE INTERESSE PÚBLICO	Defender o cumprimento dos procedimentos de avaliação no âmbito do GTIP, maior rigor técnico nas análises de interesse público e maior transparência ao público sobre as razões quanto às decisões adotadas para alteração de medidas por interesse público; e defender a publicação, pelo governo brasileiro, de um Guia de Análise de Interesse Público, garantindo previsibilidade quanto aos critérios utilizados nesses processos.
3	ANTIDUMPING PARA INDÚSTRIAS FRAGMENTADAS	Defender a entrada em vigor da portaria sobre procedimentos em investigações de defesa comercial envolvendo indústrias fragmentadas, que flexibilizam as informações exigidas – como a apresentação de dados por amostragem ou de fontes secundárias – e os prazos de apresentação.
4	SUBSÍDIOS E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	Defender a publicação e a entrada em vigor do novo Decreto sobre Medidas Compensatórias, contendo pontos principais da manifestação da CNI em consulta pública (Circular Secex nº 74, de 2013) adequação da definição de subsídios, previsão de adoção de metodologias alternativas em casos de condições anormais de comércio e mudança da definição de indústria doméstica.
5	SALVAGUARDAS	Defender a publicação e a entrada em vigor do novo Decreto sobre Salvaguardas, contendo pontos principais da manifestação da CNI em consulta pública (Circular Secex nº 66, de 2018), tais como definição de indústria doméstica, flexibilidade para indústrias fragmentadas, flexibilidade para apresentação de informações complementares e exigência de motivação em determinações negativas.

PRIORIDADES PARA 2019		
6	APOIO AOS EXPORTADORES BRASILEIROS	Elaborar, apresentar e defender propostas para institucionalizar o apoio dos órgãos do governo brasileiro envolvidos no sistema de defesa comercial durante a abertura de investigação contra exportadores do país.
7	<i>DRAWBACK</i> PARA PRODUTOS SUJEITOS À DEFESA COMERCIAL	Elaborar diagnóstico sobre necessidade, impacto e viabilidade para a extensão do drawback a produtos sujeitos a medidas de defesa comercial, sobretudo direitos antidumping, no âmbito do processo de avaliação de interesse público.
0	CHINA COMO ECONOMIA	Acompanhar e comunicar ao setor privado os desdobramentos dos casos da China contra os Estados Unidos e a União Europeia no mecanismo de solução de controvérsias da OMC, e suas implicações

Stakeholders no governo brasileiro: #PR #CasaCivil #MinisteriodaEconomia #RFB #MRE #CAMEX

para a metodologia adotada pela autoridade investigadora do Brasil; e analisar a legislação brasileira referente ao tema e propor recomendações

para seu aprimoramento.

DE MERCADO

SERVIÇOS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO 60

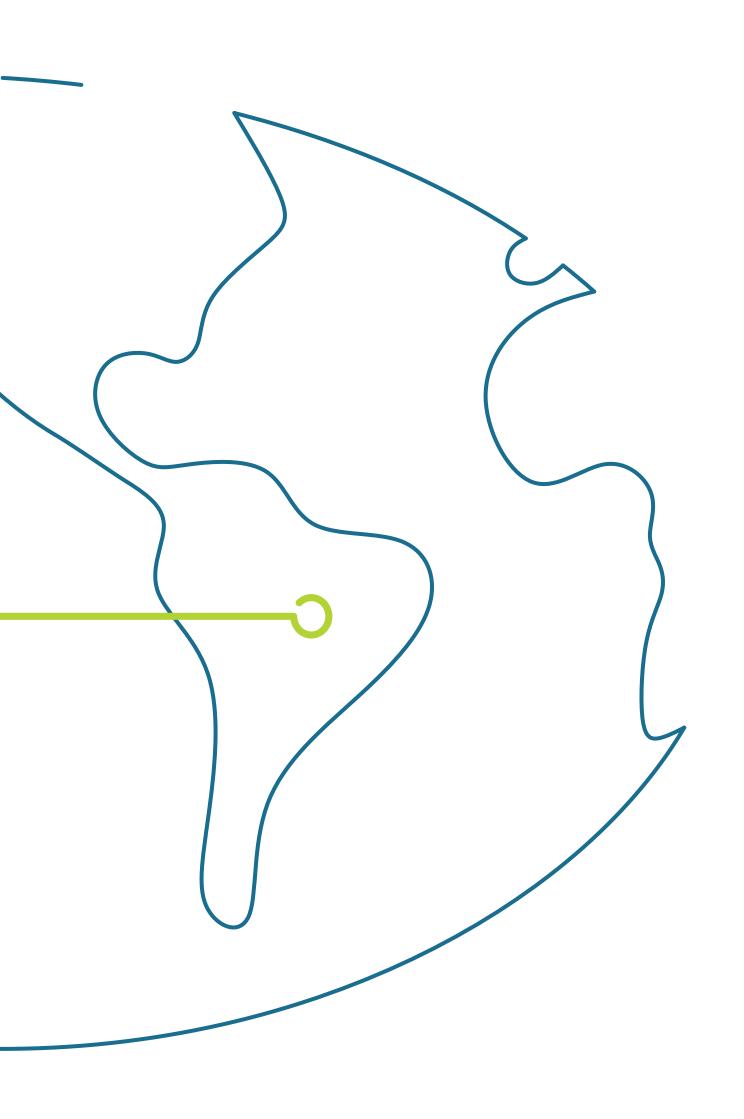
>> PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização é uma estratégia desafiadora para as micro e pequenas empresas (MPEs) brasileiras. Segundo a pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras, publicada pela CNI em 2018, o percentual de MPEs exportadoras frequentes limita-se a 60%, ao passo que o índice sobe para 83% entre as empresas de grande porte. A diferença é resultado do maior impacto dos entraves comuns ao ambiente de negócios do Brasil, que são ainda mais complexos para as MPEs, e de maiores barreiras ao acesso à informação.

Diante desse cenário, a CNI, em parceria com a Rede CIN, criou o modelo de atendimento Rota Global, para apoiar a inserção internacional de MPEs, de forma estruturada e planejada. O modelo de atendimento propõe a atuação coordenada das entidades provedoras de serviços de apoio à internacionalização, dado o grande volume e variedade de serviços disponíveis no mercado, com foco na oferta das soluções mais assertivas para mitigar desafios próprios de cada empresa.

Em 2018, o modelo de atendimento foi implementado por 24 entidades empresariais parceiras da CNI no Brasil, na Argentina e na Espanha. Essas entidades apoiaram 560 empresas que tiveram a sua avaliação de maturidade internacional traçada. Desse total, 406 (73%) receberam planos de internacionalização customizados, com indicação de pontos de melhorias e serviços de apoio disponíveis no mercado. Como resultado, as empresas atendidas apresentaram evolução média de 12% nas suas áreas de estratégia, gestão, mercados e operações.

Como o modelo de atendimento Rota Global mostrou-se eficiente para o apoio a empresas de todos os portes e setores, dado o seu caráter simples e abrangente, o Mdic, agora parte do Ministério da Economia, comprometeu-se a nacionaliza-lo, por meio do Plano Nacional de Cultura Exportadora (PNCE). A ação contribuirá para coordenar as instituições participantes dos Comitês Estaduais do PNCE, bem como para harmonizar a oferta de serviços de apoio à internacionalização de empresas no Brasil.



PRIORIDADES PARA 2019		
1	AUTOMATIZAÇÃO DO PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	Automatizar o processo de criação do plano de internacionalização amparado na metodologia de atendimento Rota Global.
2	IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO VIA PNCE	Monitorar e avaliar a estratégia de nacionalização do modelo de atendimento implementada pelo ME por meio dos Comitês Estaduais do PNCE.
3	CONSOLIDAÇÃO DO MODELO DE ATENDIMENTO NA REDE CIN	Assegurar a adoção do modelo de atendimento pelos CINs para todas as empresas clientes, tanto nos atendimentos diretos, quanto nos atendimentos realizados no âmbito de parcerias, incluindo aquelas com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).
4	GOVERNANÇA PARA O PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	Defender a adoção de um único modelo de atendimento empresarial por todas as entidades que compõem o Copcom da Camex.

Stakeholders no governo brasileiro e no Sistema S: #MinisteriodaEconomia #MRE #Apex-Brasil #Sebrae #CAMEX #BNDES

>> CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EMPRESARIAL

Capacitações empresariais em temas de comércio exterior têm sido um dos principais serviços demandados por empresas brasileiras que buscam apoio para se internacionalizar. Esses serviços apoiam a inserção e a consolidação da presença de micro e pequenas empresas (MPEs) no mercado internacional.

Para a grande maioria das MPEs brasileiras, os temas relacionados ao comércio exterior são ainda desconhecidos ou pouco explorados. Considerando essa realidade, a CNI e a Rede CIN apoiam o desenvolvimento empresarial por meio da abordagem de conteúdos diversos, focados tanto em temas específicos para setores selecionados, quanto em temas tradicionalmente demandados, a exemplo da "Exportação Passo a Passo", que pode beneficiar distintos setores.

Segundo a pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras, publicada pela CNI em 2018, as capacitações empresariais são um dos serviços de apoio à internacionalização mais relevantes, sendo demandadas por 29,4% das empresas exportadoras.

Em 2018, a Rede CIN capacitou mais de 2.600 empresários, presencialmente, a distância e através de assessoria e consultoria para o desenvolvimento de competências. Foram disponibilizadas capacitações presenciais para os temas "Exportação Passo a Passo" e "Implantação de Normas Nacionais e Internacionais para a Exportação de Alimentos e Bebidas". Foi disponibilizado, também, o *workshop* "Crescendo Além das Fronteiras", ofertado desde 2017 em parceria com a empresa de logística DHL. Quanto às capacitações à distância, foram realizados os cursos "Formação Preço de Exportação", "Exportação Passo a Passo", "Conhecendo o ATA Carnet" e "Barreiras Comerciais e aos Investimentos".

PRIORIDADES PARA 2019		
1	CAPACITAÇÕES EMPRESARIAIS NA FASE PREPARATÓRIA À INTERNACIONALIZAÇÃO	Desenvolver e ofertar conteúdos, por meio de capacitações presenciais e à distância, com foco em aspectos comerciais e estratégicos do processo de internacionalização das empresas brasileiras.
2	CAPACITAÇÕES EMPRESARIAIS SETORIAIS	Desenvolver e ofertar conteúdos setoriais, por meio de capacitações presenciais e à distância, em temas específicos que contribuam para a inserção competitiva setorial no mercado internacional.
3	CAPACITAÇÕES EMPRESARIAIS EM TEMAS DE POLÍTICA COMERCIAL	Desenvolver e ofertar conteúdos, por meio de capacitações presenciais e à distância, em temas relacionados à política comercial brasileira, como acordos comerciais, barreiras às exportações, facilitação de comércio, e financiamento e garantias às exportações.
4	PARCERIA COM O SEBRAE	Renovar a parceria com o Sebrae, vigente desde 2014, para ofertar serviços de apoio à internacionalização de MPEs.
5	PARCERIA COM A UNINDÚSTRIA	Ampliar parceria com a Universidade da Indústria (Unindústria) para oferecer novos conteúdos de capacitação à distância, com foco em operações comerciais, aspectos mercadológicos e temas relacionados ao ambiente de negócios do comércio exterior.

Stakeholders no governo brasileiro e no Sistema S: #Sebrae #Senai

>> INTELIGÊNCIA COMERCIAL

Os serviços de inteligência comercial da Rede CIN consistem em análises de mercado para embasar o planejamento estratégico da empresa em seu processo de internacionalização. Englobam, também, a identificação de possíveis barreiras comerciais, potenciais clientes e parceiros, avaliam a competitividade da empresa em relação aos principais concorrentes



e auxiliam na formulação de preços para o mercado internacional. Os serviços são customizados, garantindo informações mais precisas e qualificadas.

Os serviços de inteligência comercial são fundamentais tanto para empresas em estágio inicial de internacionalização, as quais precisam de apoio na definição de mercados com maiores oportunidades para atuação, quanto para empresas exportadoras, as quais pretendem diversificar mercados e se antecipar diante das tendências do mercado internacional.

Segundo a pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras, publicada pela CNI em 2018, a elaboração de estudos e pesquisas de inteligência comercial é o serviço mais relevante de apoio à internacionalização, sendo utilizado por 56,1% dos exportadores brasileiros. A pesquisa também identificou que a maior parte das empresas atua concentrada em poucos mercados, principalmente as de menor porte.

Em 2018, a Rede CIN realizou 449 estudos de inteligência comercial para 160 empresas.

PRIORIDADES PARA 2019		
1	FERRAMENTAS E BASE DE DADOS	Disponibilizar para a Rede CIN bases de dados para apoiar a execução dos serviços de inteligência comercial; e manter o banco de compradores internacionais atualizado, para facilitar o relacionamento de empresas brasileiras com importadores estrangeiros.
2	GERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONTEÚDO	Gerar conteúdo de inteligência comercial para subsidiar as ações da área de Assuntos Internacionais da CNI e da Rede CIN; e publicar cartilhas reunindo conteúdos essenciais à internacionalização de empresas.
3	PESQUISA TEMÁTICA DO COMÉRCIO EXTERIOR	Disseminar, para o setor privado e o governo brasileiro, o resultado de pesquisa sobre qualidade dos serviços de apoio à internacionalização oferecido por entidades governamentais e empresariais.
4	PESQUISA DESAFIOS À COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	Disseminar os resultados da edição de 2018 e planejar e executar as ações para realização e publicação da edição 2020 da pesquisa sobre os entraves às exportações brasileiras.

Stakeholders no governo brasileiro e no Sistema S: #MRE #MinisteriodaEconomia #CAMEX #Apex-Brasil #Sebrae

>> PROMOÇÃO DE NEGÓCIOS

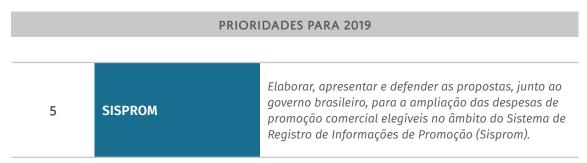
Os serviços de promoção de negócios contribuem para a internacionalização das empresas por meio de ações dirigidas à prospecção de mercados e à comercialização de produtos, em iniciativas realizadas no exterior e no Brasil. Esses serviços são executados pela CNI e pela Rede CIN.

A promoção de negócios é uma das partes essenciais do processo de internacionalização de uma empresa, por expandir a base de clientes e desenvolver oportunidades em novos mercados. As ações comerciais objetivam o estabelecimento de parcerias e a introdução aos canais de comercialização. As ações prospectivas, por sua vez, geram o conhecimento e permitem a prospecção *in loco* de tendências do mercado, preferências de consumo, oportunidades para a inserção de produtos brasileiros e informações sobre formas de acesso e exigências técnicas, regulatórias e aduaneiras.

A pesquisa Desafios à Competitividade Exportações Brasileiras, publicada pela CNI em 2018, aponta que 20% dos exportadores têm dificuldades de prospectar novos mercados, criando, assim, oportunidade para a ampliação das iniciativas de prospecção a serem desenvolvidas em 2019. A pesquisa também identificou que 52,4% dos exportadores utilizam serviços de promoção de negócios.

Em 2018, a Rede CIN realizou 21 ações de promoção de negócios, das quais 16 foram ações comerciais e 5 ações de prospecção de mercados. Juntos, estima-se a realização de mais de US\$ 174 milhões em negócios internacionais.

PRIORIDADES PARA 2019			
1	AÇÕES DE PROSPECÇÃO DE MERCADOS	Realizar ações de prospecção em mercados prioritários paraa indústria.	
2	AÇÕES COMERCIAIS	Realizar exposição de produtos e encontros de negócios, no Brasil e exterior, com foco na geração de negócios e no estabelecimento de parcerias estratégicas entre empresas brasileiras e estrangeiras.	
3	PARCERIA COM A APEX-BRASIL	Renovar a parceria com a Apex-Brasil, vigente desde 2008, para realização de ações de promoção de negócios.	
4	GOVERNANÇA PARA PROMOÇÃO DE NEGÓCIOS	Defender a atuação conjunta, coerente e complementar das entidades membros do Copcom da Camex em ações de promoção de negócios.	



Stakeholders no governo brasileiro e no Sistema S: #MinisteriodaEconomia #RFB #MRE #MAPA #CAMEX #Apex-Brasil

>> CARNÊ DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA

O Carnê de Admissão Temporária, ou ATA Carnet, é um documento aduaneiro válido internacionalmente que permite a exportação e a importação temporária de bens, livre de impostos na importação, pelo período de um ano. Este documento é emitido pelo Brasil e aceito na circulação temporária de bens em mais de 75 países. O governo brasileiro, por meio de concorrência pública, escolheu a CNI como entidade garantidora e emissora do documento no país.

O ATA Carnet funciona como um "passaporte" para mercadorias, facilitando o comércio e desburocratizando as etapas de exportação e importação temporária nos países em que for apresentado. Com apenas um ATA Carnet é possível realizar inúmeros deslocamentos para destinos diferentes durante o ano de vigência do documento. Além disso, não é preciso retornar ao país de origem ou procedência toda vez que desejar viajar para um novo país. Segundo estimativas da CNI, para uma empresa que participa de oito eventos internacionais durante 12 meses, há economia de R\$ 108 mil apenas com o envio de mostruários.

Apesar dos benefícios, a maioria das empresas brasileiras declara não conhecer o ATA Carnet. De acordo com a pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras, publicada pela CNI em 2018, apenas 19,3% das empresas fazem exportação temporária, 83,6% não conhecem o ATA Carnet e, das que conhecem, apenas 3,9% o utiliza.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) iniciou suas operações com o sistema de admissão temporária de bens ATA Carnet Brasil, desenvolvido pela CNI, em novembro de 2018. O sistema assegura a harmonização dos procedimentos adotados pelos auditores da receita na admissão temporária e maior transparência e confiabilidade na aplicação do regime aduaneiro pelo Brasil.

Em 2018, 251 usuários fizeram seu cadastro na plataforma para emissão do documento no Brasil e foram emitidos 299 ATA Carnets até o momento, amparando mais de US\$ 10 milhões em bens. O Brasil é o principal emissor de ATA Carnets na América Latina, e o 40º emissor no mundo. Em 2016, quando a operação iniciou-se no país, o Brasil ocupava a 80º posição. Ainda

em 2018, o Peru aderiu ao Sistema ATA, mas não selecionou sua organização garantidora.

1	ATA CARNET BRASIL	Disponibilizar para usuários brasileiros um sistema seguro e ágil para emissão do documento, realizando melhorias necessárias para garantir a ampla utilização do ATA Carnet no Brasil; e realizar ações de sensibilização para a utilização do ATA Carnet pelo setor privado brasileiro em, pelo menos, oito estados.
2	USO DO ATA CARNET PELOS ÓRGÃOS ANUENTES	Defender, junto ao governo brasileiro, a inexigibilidade de licenciamento e procedimentos específicos para as operações de admissão temporária e exportação temporária amparadas pelo ATA Carnet; e defender a criação, pelo governo brasileiro, de um único canal de atendimento, on-line, exclusivo para apoio aos usuários brasileiros e estrangeiros.
3	SUSPENSÃO DO ICMS PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA COM ATA CARNET	Defender a publicação da Resolução Confaz que prevê suspensão do ICMS nas operações de admissão temporária amparadas pelo ATA Carnet; e defender a cobrança de alíquota única apenas nos casos de descumprimento.
4	ADESÃO DE NOVOS PAÍSES AO SISTEMA ATA	Defender e apoiar o governo brasileiro a influenciar demais países, em especial da América do Sul, a aderir ao Sistema ATA, oferecendo troca de boas práticas.
5	ADESÃO A NOVOS ANEXOS DA CONVENÇÃO DE ISTAMBUL	Elaborar diagnóstico sobre necessidade, impacto e viabilidade da adesão do Brasil a novos anexos da Convenção de Istambul.
6	INCLUSÃO DO ATA CARNET EM ACORDOS COMERCIAIS	Defender, junto ao governo brasileiro, a inserção de cláusulas sobre o ATA Carnet nos acordos comerciais do Brasil e do Mercosul.
7	PARTICIPAR NA IMPLEMENTAÇÃO DO e-ATA	Defender e apoiar o governo brasileiro na participação ativa do comitê especializado que discute e delibera sobre o tema no âmbito da Organização Mundial das Aduanas (OMA).
8	SIMPLIFICAR E HARMONIZAR PROCEDIMENTOS PARA ACEITAÇÃO DO ATA CARNET	Defender a simplificação e harmonização dos procedimentos aduaneiros exigidos pela RFB e pelos órgãos anuentes do comércio exterior nas operações com ATA Carnet; e defender que a RFB capacite, de forma contínua, os auditores fiscais, com o objetivo de harmonizar os procedimentos adotados no Brasil às melhores práticas mundiais.

Stakeholders no governo brasileiro e no Sistema S: #RFB #MRE #CAMEX #CONFAZ #MinisteriodaEconomia #Apex-Brasil #PR #CasaCivil



>> ADEQUAÇÃO DE EMBALAGEM PARA EXPORTAÇÃO

A adequação de embalagem para exportação consiste na revitalização das embalagens primária, industrial e de transporte, com vistas a garantir mais competitividade ao produto no mercado-alvo da empresa.

No comércio internacional, exigências específicas do mercado e barreiras não tarifárias vêm sendo criadas com frequência cada vez maior, principalmente em mercados desenvolvidos, como os Estados Unidos e a União Europeia. Para a empresa brasileira conseguir atuar nesses mercados, é necessário se adequar aos requisitos exigidos. Além disso, o serviço de adequação de embalagem para exportação ajuda a empresa a planejar as diferentes condições de venda do mercado doméstico em relação ao mercado internacional, como a forma de promoção e a imagem desejada, a funcionalidade da embalagem, o tipo de frete e a redução de custos e avarias.

A pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras, publicada pela CNI em de 2018, identificou que a existência de normas técnicas e medidas sanitárias e fitossanitárias estão entre os principais obstáculos enfrentados pelas empresas no mercado internacional. Na pesquisa, as empresas exportadoras declaram não ter grandes dificuldades de adequar os produtos a padrões internacionais, porém, nas ações de promoção de negócios da Rede CIN, cerca de 30% das empresas apontam a necessidade de realizar ajustes nos processos e embalagens depois de participar de rodadas de negócios.

Em 2018, a Rede CIN executou programa-piloto de adequação de embalagem para exportação que beneficiou 12 empresas de 4 estados. A satisfação média dos empresários atendidos pelo programa foi de 90%.

PRIORIDADES PARA 2019		
1	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO DE EMBALAGEM	Capacitar, pelo menos, 10 Federações das Indústrias para execução do programa, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).
2	AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO EM ADEQUAÇÃO DE EMBALAGEM	Defender que o governo brasileiro viabilize atendimento às empresas, especialmente MPEs, em temas relacionados à adequação do sistema de embalagem para o mercado internacional.
3	PARCERIAS PARA ADEQUAÇÃO DA EMBALAGEM	Identificar parceiros nacionais ou internacionais que possam apoiar financeiramente a ampliação do programa de adequação de embalagem, com o objetivo de permitir atendimento de maior número de empresas.

Stakeholders no governo brasileiro e no Sistema S: #MinisteriodaEconomia #Sebrae #Senai

>> PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Os programas de internacionalização da Rede CIN consistem na oferta conjunta de soluções encadeadas para as empresas brasileiras se estruturarem para o comércio exterior. Eles oferecem desde a preparação da empresa e a prospecção do mercado até rodadas de negócios com compradores. Além disso, seus resultados servem de insumo para outros projetos que a empresa venha a realizar.

Por meio desses programas, as empresas exportadoras têm um apoio customizado, com transferência de conhecimentos e preparação para a comercialização de seus produtos, garantindo um processo de internacionalização consciente e sustentável ao longo dos anos.

Os resultados deste serviço ajudam a superar os entraves internos à internacionalização da empresa, como a baixa disponibilidade de capital, a falta de profissionais qualificados para atuarem nos processos de comércio exterior, a capacidade produtiva insuficiente, e a baixa utilização das soluções de capacitação e assessoria em comércio exterior disponíveis. Segundo a pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações, publicada pela CNI em 2018, esses entraves são críticos para, em média, 10% das empresas e podem ser atenuados com os programas de internacionalização.

PRIORIDADES PARA 2019

1

OFERTA DE PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO PELA REDE CIN Apoiar a execução de ao menos dois programas de internacionalização; e desenvolver o modelo comercial para oferta contínua desse serviço às empresas brasileiras.

Stakeholders no governo brasileiro e no Sistema S: #Sebrae

>> CERTIFICADOS PARA EXPORTAÇÃO

Os certificados para exportação são documentos utilizados para atestar a origem e procedência das mercadorias produzidas por um país e comprovar a possibilidade de sua comercialização. A Rede CIN emite certificados de procedência, de livre venda e, em maior quantidade, de origem. Os certificados de origem dividem-se entre preferenciais, que contemplam redução ou isenção do imposto de importação nos países com os quais o Brasil possui acordo comercial, e não preferenciais, sem o benefício fiscal.

Com os certificados de origem, os produtos das empresas brasileiras acessam outros mercados de maneira preferencial, tornando-os mais competitivos em relação àqueles de países que não possuem acordos comerciais. O documento também traz mais segurança ao importador, ao atestar que o produto comprado foi produzido de acordo com os requisitos previamente negociados entre os países. Já o certificado de livre venda permite à empresa brasileira comprovar

que o seu produto de exportação pode ser comercializado no Brasil e, portanto, está pronto para ser atestado no mercado de destino. Por fim, o certificado de procedência identifica para o importador o país onde a mercadoria foi embarcada.

Os resultados da pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras, publicada pela CNI em 2018, mostram que 62,5% das empresas que usam certificado de origem emitem formulário eletrônico, 12,8% preenchem o formulário em papel e apenas 25,9% utiliza assinatura digital. O Mdic estimou que a assinatura digital reduz o prazo de emissão de 24 horas para 30 minutos, e que os custos de transação sejam reduzidos em até 35%.

Em 2018, foram registrados avanços relevantes quanto ao tema, como a publicação do comunicado Mdic nº 004/2018 e da Resolução nº 519/2018 do *Ministerio de Producción* da Argentina, que reconhecem apenas certificados de origem assinados digitalmente (CODs) no comércio entre Brasil e Argentina; a realização do projeto-piloto para troca de certificados assinados digitalmente com o Uruguai, permitindo emissão plena de CODs com o país; a homologação da estrutura dos certificados digitais e o projeto-piloto com o Chile; e o início da fiscalização do Mdic junto às entidades habilitadas para emitir certificados de origem.

Ao longo do ano de 2018, as emissões realizadas pela Rede CIN cresceram 63%.

PRIORIDADES PARA 2019		
1	COD BRASIL	Disponibilizar para usuários um sistema seguro e ágil para emissão do documento, com foco em assegurar cumprimento dos requisitos de origem determinados nos acordos comerciais dos quais o Brasil faz parte, realizando melhorias necessárias para garantir a ampla utilização de CODs; e realizar, pelo menos, oito eventos para sensibilização da importância do certificado de origem digital como fator de competitividade e eficiência das exportações brasileiras.
2	FISCALIZAÇÃO DA EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE ORIGEM	Defender a intensificação da fiscalização, pelo governo brasileiro, das entidades emissoras de certificados de origem a fim de combater a concorrência desleal, minimizar riscos de investigação de origem e assegurar o cumprimento rigoroso de todos os requisitos negociados nos acordos comerciais.
3	PROJETO-PILOTO COM PAÍSES DA ALADI	Defender a conclusão dos projetos-piloto para a troca de CODs com empresas brasileiras exportadoras, prioritariamente com Colômbia, Chile e Paraguai; e apoiar o governo brasileiro na troca de CODs com Bolívia, México e Peru.

PRIORIDADES PARA 2019				
4	CERTIFICAÇÃO DE ORIGEM DIGITAL COM O CHILE E O URUGUAI Defender a implementação plena da certificação origem digital com Chile e Uruguai.			
5	CERTIFICAÇÃO DE ORIGEM DIGITAL COM A ARGENTINA	Sensibilizar o setor privado brasileiro para a plena utilização do certificado de origem digital nas operações entre os dois países.		
6	AUTOCERTIFICAÇÃO	Disseminar estudo a respeito das oportunidades e dos desafios da autocertificação para o exportador brasileiro; e apresentar ao governo brasileiro propostas para subsidiar as negociações internacionais no que se refere ao capítulo de regras de origem e aplicação da autocertificação.		
7	CLV	Elaborar o diagnóstico sobre necessidade, impacto e viabilidade da eliminação do certificado no Mercosul; ou apresentar ao governo brasileiro proposta de regulamentação a fim de permitir a emissão do documento pela Rede CIN, sob articulação nacional da CNI.		

Stakeholders no governo brasileiro e no Sistema S: #RFB #MRE #CAMEX #CONFAZ #MinisteriodaEconomia #PR #CasaCivil #MAPA

>> DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS LOCAIS

As empresas brasileiras têm ampliado sua presença internacional e a percepção de que essa atividade traz benefícios para a produção nacional. Em pesquisa realizada pela Apex-Brasil, 70,2% das empresas encontram, na contratação de pessoas, dificuldade para planejar e implementar expansão em mercados por elas priorizados. Soma-se a essa dificuldade a tendência de, em determinados contratos firmados pelas empresas, incluir a contratação de mão de obra local para seus projetos e o desenvolvimento dessas capacidades locais, o que teria impacto em sua competitividade.

A prestação de serviços internacionais do SENAI objetiva atender a demanda por conhecimento e tecnologias de empresas brasileiras com operação no exterior. Sua principal atividade é firmar e gerir projetos de formação profissional e serviços de inovação e tecnologia em apoio à internacionalização da indústria.

O SENAI é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Seus cursos formam profissionais para 28 áreas da indústria brasileira, desde a iniciação profissional até a graduação e pós-graduação tecnológica. As ações de qualificação

profissional realizadas pelo SENAI formaram 73,7 milhões de trabalhadores em todo o território nacional, desde sua fundação em 1942. Hoje, o SENAI possui 541 centros de formação profissional e 452 unidades móveis em 1,6 mil municípios brasileiros, além de 25 Institutos de Inovação e 58 Institutos de Tecnologia.

Desde sua fundação, o SENAI busca tecnologias de ponta para o desenvolvimento do parque industrial brasileiro ao mesmo tempo em que internacionaliza sua *expertise* e compartilha sua metodologia de educação profissional. O SENAI desenvolve projetos internacionais em mais de 40 países em apoio à internacionalização da indústria brasileira. São nove Centros de Formação Profissional em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) no exterior (Angola, Cabo Verde, Guatemala, Guiné Bissau, Jamaica, Paraguai, Peru, São Tomé e Príncipe, Timor Leste) e, em fase de implementação, três Centros no Haiti e um em Moçambique.

	PRIORIDADES PARA 2019					
1	DISSEMINAÇÃO DE OFERTA DE SERVIÇOS AO SETOR PRIVADO	Disseminar, para associações setoriais e empresas brasileiras com operação no exterior, catálogo de serviços internacionais em Educação Profissional (estruturação, metodologia, gestão e governança do ensino profissionalizante, estudos e perspectivas sobre o mercado de trabalho, além de capacitações e treinamentos personalizados e do desenvolvimento de competências) e em Inovação Tecnológica (desenho e implementação da filosofia lean manufacturing, estudos e aplicações de processos de manufatura avançada na indústria, prestação de serviços técnicos e tecnológicos de ponta, desenvolvimento de novos produtos e ferramentas de educação, estudos sobre profissões do futuro).				
2	AÇÃO COMERCIAL	Realizar encontros de negócios, no Brasil e no exterior, com vistas à concretização de negócios e à celebração de parcerias estratégicas em apoio à empresa brasileira com operação no exterior na área de educação profissional.				

Stakeholders no governo brasileiro e no Sistema S: #MRE #ABC #Apex-Brasil

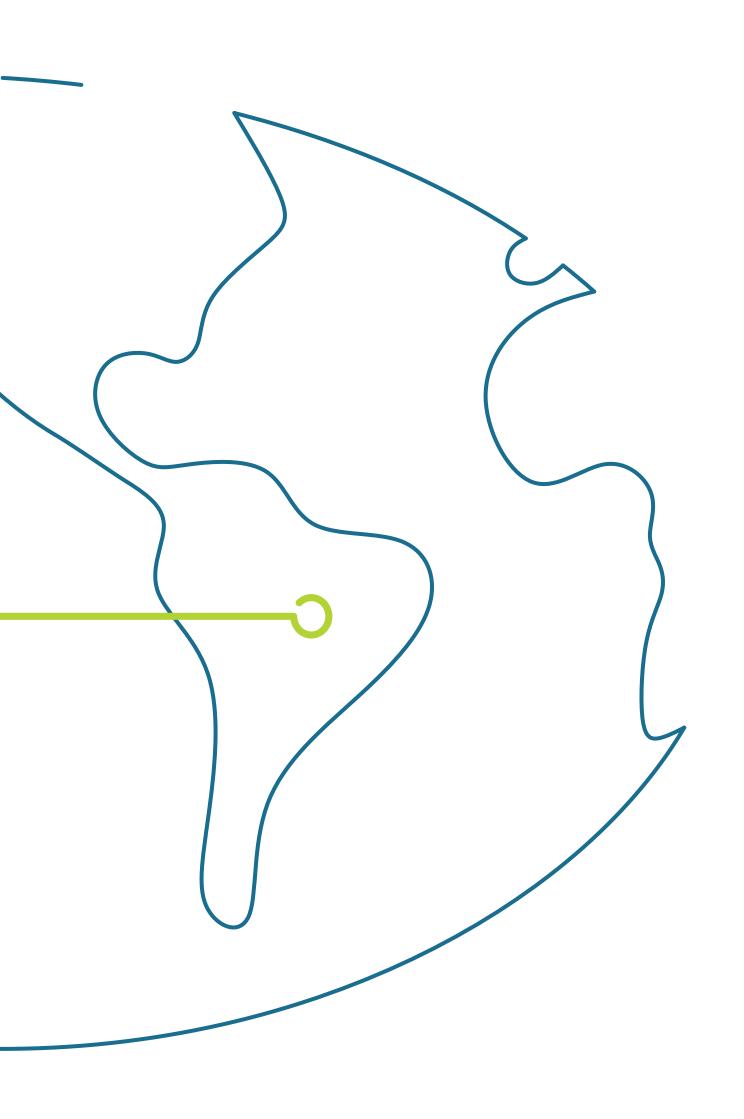


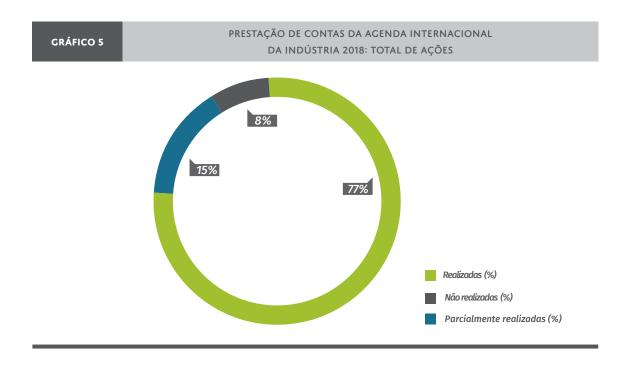
PRESTAÇÃO DE CONTAS DA AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA 2018

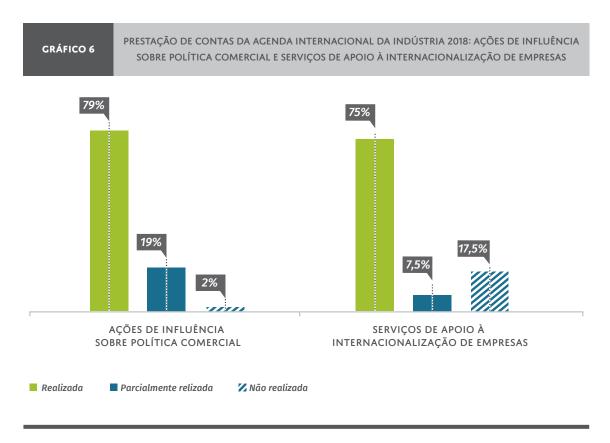
Esta seção apresenta um balanço das atividades desenvolvidas pela CNI, com base nas ações prioritárias da **Agenda Internacional da Indústria** do ano anterior.

A Agenda de 2018 contou com 97 ações prioritárias distribuídas em 17 temas. As ações foram classificadas em três categorias conforme o seu grau de execução: i) ações realizadas; ii) ações parcialmente realizadas; e iii) ações não realizadas.

Foram, no total, 75 ações realizadas (77%), 14 ações parcialmente realizadas (15%) e 8 ações não realizadas (8%). Os gráficos e as tabelas a seguir apresentam as listas de ações em cada uma das três categorias.







QUADRO 5

PRESTAÇÃO DE CONTAS DETALHADA: AÇÕES DE INFLUÊNCIA SOBRE POLÍTICA COMERCIAL

ACORDOS COMERCIAIS



BARREIRAS EM TERCEIROS MERCADOS

RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Sensibilização do setor privado	Realizada
	2	Qualificação de barreiras	Realizada
	3	Grupo de trabalho de barreiras na Camex	Parcialmente Realizada
20%	4	Sistema Eletrônico de Monitoramento SEM Barreiras	Realizada
	5	Mecanismo de Investigação de Barreiras	Realizada
	6	Adidos de Indústria e Comércio	Realizada
80%	7	Participação do setor privado nos comitês da OMC	Realizada
3070	8	Contenciosos na OMC	Realizada
	9	Mecanismos governamentais bilaterais	Realizada
	10	Cooperação regulatória	Parcialmente Realizada

INVESTIMENTOS BRASILEIRO	S NO EXT	ERIOR	STATUS
RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Lei de Lucros no exterior	Realizada
14%	2	Lei de Expatriados	Realizada
	3	ADTs	Realizada
	4	Preços de Transferência	Realizada
	5	Acordos Previdenciários	Realizada
86%	6	ACFIs	Realizada
	7	Financiamento e Garantias	Parcialmente Realizada

FACILITAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

RESUMO	No	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Portal Único de Comércio Exterior	Realizada
13%	2	Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado	Realizada
12%	3	Coleta única de impostos, taxas e encargos	Realizada
	4	Tarifa de escaneamento de contêineres	Realizada
	5	Tratamento de embalagens de madeira	Parcialmente Realizada
	6	Confac	Realizada
75%	7	Coerência regulatória	Realizada
	8	Especialização de varas	Não Realizada

LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR

RESUMO	N°	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Administrações portuárias	Realizada
33%	2	Tarifas e taxas cobradas por portos e armadores	Parcialmente Realizada
67%	3	Acordo de transporte marítimo Brasil-Chile	Realizada

TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO EXTERIOR

RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Reintegra	Realizada
17%	2	Compensação de créditos tributários federais e estaduais de exportação	Realizada
	3	Custo de descarga nacional de mercadoria na base de cálculo do imposto de importação	Realizada
	4	Regimes aduaneiros de Drawback, Recof e Recof- Sped	Realizada
83%	5	ZPEs	Parcialmente Realizada
	6	Tributação no comércio exterior de serviços	Realizada

FINANCIAMENTOS E GARANTIAS ÀS EXPORTAÇÕES

RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Sistema de financiamento público	Realizada
17%	2	Sistema de garantias	Realizada
	3	Parcerias com agências de crédito à exportação	Parcialmente Realizada
	4	Institucionalidade do sistema	Realizada
83%	5	Compatibilidade com OCDE	Realizada
5070	6	NBD	Realizada

DEFESA COMER	CIAL		STATUS
RESUMO	Ν°	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Segurança jurídica em antidumping	Realizada
33%	2	Medidas compensatórias	Realizada
	3	Antidumping para indústrias fragmentadas	Realizada
	4	Apoio aos exportadores brasileiros	Realizada
67%	5	China como economia de mercado	Parcialmente Realizada
	6	Drawback para defesa comercial	Parcialmente Realizada

QUADRO 6 PRESTAÇÃO DE CONTAS DETALHADA: SERVIÇOS DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS

PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

RESUMO	N°	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Modelo de negócios para implementação do Rota Global	Realizada
	2	Implementação do Rota Global	Realizada
	3	Melhoria do Rota Global	Realizada
70007	4	Ampliação do Rota Global	Realizada
100%	5	Governança para plano de internacionalização	Realizada

CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EMPRESARIAL

RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Capacitações empresariais na fase preparatória à internacionalização	Realizada
20%	2	Capacitações empresariais setoriais	Realizada
	3	Capacitações empresariais em temas de política comercial	Realizada
	4	Parceria com o Sebrae	Não Realizada
80%	5	Parceria com a Unindústria	Realizada

INTELIGÊNCIA COMERCIAL



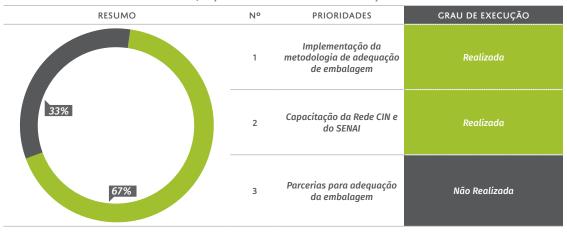
PROMOÇÃO DE NEGÓCIOS

RESUMO	Ν°	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Ações de prospecção de mercados	Realizada
	2	Ações comerciais	Realizada
	3	Ações em mercados com acordos comerciais	Realizada
	4	Geração de negócios e investimentos via plataforma EEN	Realizada
	5	Disseminação da oferta exportadora brasileira	Realizada
100%	6	Parceria com a Apex-Brasil	Realizada
	7	Governança para promoção de negócios	Realizada

CARNÊ DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA

RESUMO	Nº	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Sistema ATA Carnet Brasil	Realizada
	2	Uso do ATA Carnet pelos órgãos anuentes	Realizada
20%	3	Suspensão do ICMS para admissão temporária com ATA Carnet	Realizada
	4	Adesão de novos países ao Sistema ATA	Realizada
	5	Adesão a novos anexos da Convenção de Istambul	Não Realizada

ADEQUAÇÃO DE EMBALAGEM PARA EXPORTAÇÃO



PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

		,	
RESUMO	Ν°	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Programa de preparação da empresa para atuação internacional	Não Realizada
100%	2	Parcerias para programas de internacionalização	Não Realizada

CERTIFICADOS PARA EXPORTAÇÃO

RESUMO	Ν°	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Sistema COD Brasil	Realizada
20%	2	Projeto-piloto com países da Aladi	Realizada
20%	3	Certificação de origem digital com Argentina	Realizada
	4	Autocertificação	Não Realizada
	5	CLV	Parcialmente Realizada

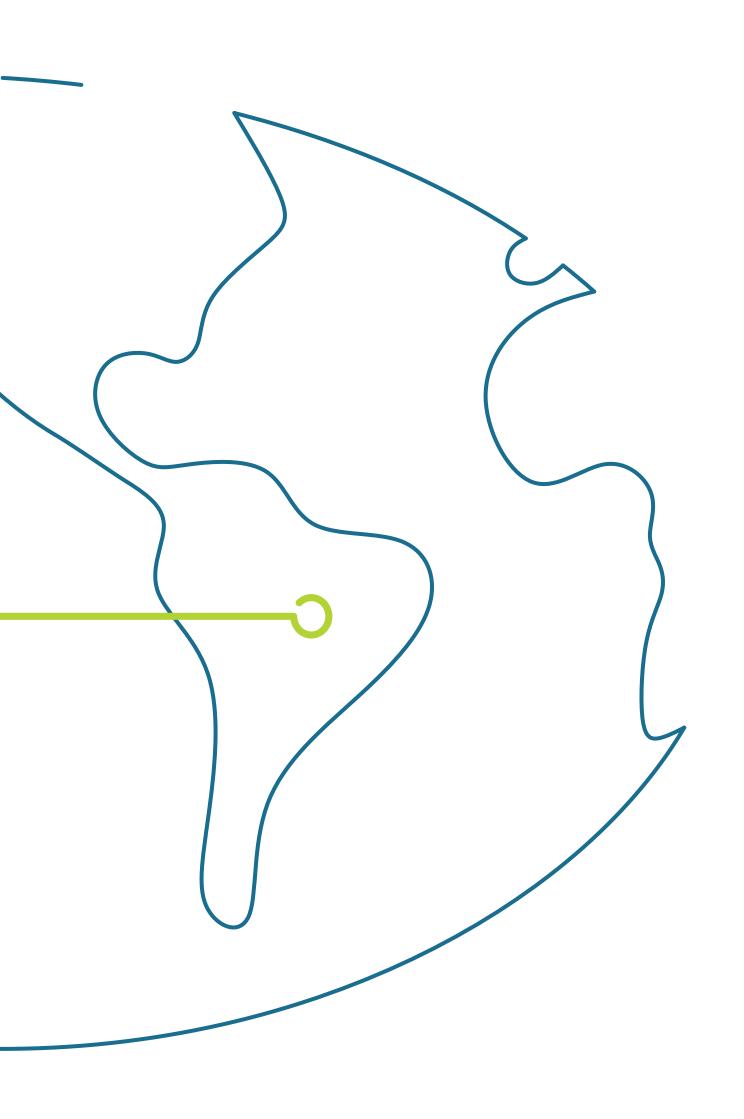
PROMOÇÃO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

FROMOÇÃO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS			
RESUMO	No	PRIORIDADES	GRAU DE EXECUÇÃO
	1	Capacitação da Rede CIN	Realizada
67%	2	Disseminação do Programa Brazil4Business no exterior	Realizada
	3	Governança para promoção e atração de investimentos	Parcialmente Realizada



PRIORIDADES DA AGENDA INTERNACIONAL COM DESDOBRAMENTOS NOS ESTADOS 44

Esta seção lista as ações da **Agenda Internacional da Indústria 2019** que possuem maior desdobramento nos estados, com o objetivo de facilitar a atuação das Federações das Indústrias nos temas e serviços prioritários.



PRIORIDADES DA AGENDA INTERNACIONAL COM DESDOBRAMENTOS NOS ESTADOS

	TEMAS/SERVIÇOS	PRIORIDADES		
IERCIAL	ACORDOS COMERCIAIS	1. Mercosul		
		8. Tarifa Externa Comum do Mercosul		
		14. Aproveitamento dos acordos existentes		
	BARREIRAS EM TERCEIROS	1. Sensibilização do setor privado		
O	MERCADOS	2. Qualificação de barreiras		
POLÍTICA COMERCIAL	INVESTIMENTOS BRASILEIROS NO EXTERIOR	2. Lei de Expatriados		
	FACILITAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	1. Portal Único do Comércio Exterior		
		2. Programa Brasileiro de OEA		
		3. Coleta única de impostos, taxas e encargos		
SOBRE		5. Taxas e encargos nas exportações e importações		
		6. Tarifa de escaneamento de contêineres		
Ċ.		10. CONFAC		
JÊN	LOGÍSTICA E	1. Tarifas cobradas por portos e armadores		
INFLUÊNCIA	INFRAESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR	2. Modal aéreo		
	TRIBUTAÇÃO NO COMÉRCIO	1. Compensação de créditos tributários federais e estaduais da exportação		
	EXTERIOR	2. ZPEs		

	PLANO DE	2. Implementação do modelo de atendimento via PNCE		
	INTERNACIONALIZAÇÃO	3. Consolidação do modelo de atendimento na Rede CNI		
ÃO	CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EMPRESARIAL	1. Capacitações empresariais na fase preparatória à internacionalização		
ΑÇ		2. Capacitações empresariais setoriais		
LIZ		3. Capacitações empresariais em temas de política comercial		
Z		4. Parceria com o Sebrae		
APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO		5. Parceria com a Unindustria		
	INTELIGÊNCIA COMERCIAL	1. Ferramentas e base de dados		
		2. Geração e disseminação de conteúdo		
	PROMOÇÃO DE NEGÓCIOS	1. Ações de prospecção de mercados		
Á		2. Ações comerciais		
00		3. Geração de negócios e investimentos por meio da Rede EEN		
AP(4. Parceria com a Apex-Brasil		
DE	CARNÊ DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA	1. ATA Carnet Brasil		
SERVIÇOS	ADEQUAÇÃO DE EMBALAGEM PARA EXPORTAÇÃO	1. Implementação do programa de adequação de embalagem		
	PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	1. Oferta de programas de internacionalização pela Rede CNI		
	CERTIFICADOS PARA EXPORTAÇÃO	1. COD Brasil		



Paulo Afonso Ferreira

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – DDI Carlos Eduardo Abijaodi
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

GERÊNCIA EXECUTIVA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS Diego Bonomo GERENTE-EXECUTIVO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Diego Bonomo, Sarah Saldanha, Constanza Negri e Fabrizio Panzini ORGANIZADORES

Alessandra Matos, Aline Araujo, Allana Rodrigues, Carolina Lopes, Carolina Matos, Claubert Oliveira, Christine Ferreira, Cibele Uchida, Eduardo Alvim, Felipe Carvalho, Felipe Costa, Felipe Spaniol, Fernanda Maciel, Flavia Morais, Isabella Sousa, Jéssica Dias, José Fernando Dantas, Leandro Barcelos, Ludmila Carvalho, Maísa Nascentes, Marcus Sousa, Michelle Queiroz, Pedro Barroso, Pietra Mauro, Ronnie Pimentel, Ruth Fernández e Viviane Franco EQUIPE TÉCNICA

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS Ana Maria Curado Matta SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Andre Augusto de Oliveira Dias PRODUÇÃO EDITORIAL

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS – DSC Fernando Augusto Trivellato DIRETOR DE SERVIÇOS CORPORATIVOS

ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – ADINF

Maurício Vasconcelos de Carvalho

GERENTE-EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Alberto Nemoto Yamaguti

NORMALIZAÇÃO

CINDES Brasil

CONSULTOR

Danúzia Queiroz REVISÃO GRAMATICAL

IComunicação PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO



